



ATA NÚMERO SEIS

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO DIA
VINTE E QUATRO DE NOVEMBRO DO ANO
DOIS MIL E CATORZE _____

---Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano dois mil e catorze reuniram, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem de Trabalhos: _____

1. Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal; _____
2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 175/2014/CM, referente ao Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal para o ano de 2015; _____
3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 176/2014/CM, referente à Determinação das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis e da participação de IRS; _____
4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 177/2014/CM, referente à TMDP – Taxa municipal de direitos de passagem; _____
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 185/2014/CM, referente à Transferência das rendas de habitação social para as Freguesias de Conceição e Cabanas e Santa Luzia, relativas a setembro de 2013; _____
6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 191/2014/CM, referente ao Seguro de acidentes pessoais para os membros dos órgãos autárquicos – fixação de valor; _____
7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 192/2014/CM, referente à inserção no domínio público de parcela de terreno, sita no Serro das Pedras, União de Freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira – (PA 777-Div/13); _____
8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 193/2014/CM, referente à Assunção de compromissos plurianuais – final de 2014; _____
9. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 194/2014/CM, referente à Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais; _____

10. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 195/2014/CM, referente à Avaliação do ativo imobilizado do Município de Tavira; _____

11. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 196/2014/CM, referente à Alteração da composição do júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Assuntos Sociais – (351-Div/13); _____

12. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 197/2014/CM, referente ao Plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas – 1ª. Revisão. _____

----O Presidente da Assembleia Municipal, José Otílio Pires Baia, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e catorze minutos. _____

----Pelo Presidente da Assembleia foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os membros Anabela Lourenço Fernandes dos Santos, Ângelo Filipe Silva Pereira, Antero Arcanjo Mendes Romeira, Artur António Guerreiro Sanina, Carlos Alberto Pires Rodrigues, Carlos Manuel Viegas de Sousa, Dinis Manuel da Palma Faisca, Filipe Vasques do Nascimento Neto Lopes, Hugo Daniel Santos Gomes, João Afonso Cunha Rego de Carvalho, João Manuel Fonseca Martins, José Alberto Godinho Correia, José Eduardo da Silva Trindade, José Epifânio Martins da Graça, José Liberto da Conceição Graça, José Mateus Domingos Costa, José Otílio Pires Baia, Leonardo António Gonçalves Martins, Maria Helena Correia Bartolomeu Silva, Maria João Teixeira Dias Anjos, Maria José Dias Palma Simão Mestre, Maria Otília Martins Cardeira, Maria do Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso, Muriel Cristina Dias, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Ricardina Pereira Alcaide Jesus e Sílvia Alexandra Sanches Soares. _____

----O Segundo Secretário, Jean Pierre Patrick Rancher solicitou a substituição tendo sido substituído por Ana Graciete Mendes Coelho, substituída por Maria Helena Correia Bartolomeu Silva. _____

----Os membros Sílvio Edgar Assis Fernandes e Joaquim José Brandão Pires solicitaram a substituição tendo sido substituídos por Maria João Teixeira Dias Anjos e João Manuel Fonseca Martins, respetivamente. _____

----A Membro Cristela da Cruz Pereira Martins solicitou a substituição tendo sido substituída por Jorge Henrique Viegas Corvo, substituído por Hugo Daniel Santos Gomes. _____

----Verificando que se encontravam presente os vinte e sete membros, o Presidente da Assembleia informou que tinham dado entrada, no prazo legalmente previsto, duas moções do grupo do PS - Partido Socialista, uma referente ao *“Reconhecimento Internacional da Dieta Mediterrânica”* e outra sobre o *“Orçamento do Estado para 2015”*. Assim, passava a palavra ao Porta-Voz da bancada para que se pronunciasse sobre as mesmas. _____

----O Membro José Graça referiu que a bancada do PS tinha considerado oportuno fazer, naquela Assembleia, menção a algumas distinções que tinham sido atribuídas a alguns parceiros do Município no processo da Dieta Mediterrânica e também ao Orçamento de Estado para o ano de dois mil e quinze. Assim, pedia ao Membro José Alberto Correia que fizesse a apresentação da primeira moção. _____

----O Membro José Alberto Correia passou à leitura da moção. _____

---“Reconhecimento Internacional da Dieta Mediterrânica. _____

---Parceira de primeira hora do Município de Tavira na organização de eventos ligados à gastronomia e ao turismo, a Confraria dos Gastrónomos do Algarve (CGA) recebeu o prémio mais desejado das Confrarias europeias, sendo galardoada com o prémio «Aurum Europa Excellent – “European Brotherhood 2014”», no decurso do XII Congresso das Confrarias Enogastronómicas da Europa que decorreu em Liège – Bélgica, de 7 a 9 de novembro 2014. _____

---Sob a égide da CEUCO – Confederação das Confrarias Vínicas e Gastronómicas da Europa, este encontro reuniu confrarias de oito países europeus que defendem a sua gastronomia e os seus produtos e teve o seu momento mais alto na outorga dos AURUM 2014 (óscares das Confrarias) denominados “Europa – Excellent – Enogastronomic”, o que quer dizer em termos gerais, o “melhor” da gastronomia e dos vinhos. _____

---No mesmo evento, foi distinguido o Restaurante Noélia & Jerónimo, localizado em Cabanas de Tavira, com o prémio «Aurum Europa Excellent – “European Restaurant 2014”», consolidando o prestígio internacional de uma unidade de restauração que aposta na preservação de seculares saberes culinários e na valorização dos sabores da terra e do mar do Algarve. _____

---Já anteriormente, a Flor de Sal de Tavira havia sido agraciada com o prémio «Aurum Europa Excellent – “Traditional European Artisan Producer 2012”», demonstrando a elevada qualidade dos nossos produtos alimentares e o valor acrescido da preservação das nossas tradições culturais, para além do trabalho contínuo de promoção concretizado pela Confraria dos Gastrónomos do Algarve (CGA). _____

---Entretanto, o Conselho de Ministros criou o Grupo de Acompanhamento para a Salvaguarda e Promoção da Dieta Mediterrânica, onde têm assento representantes de diferentes entidades públicas e privadas com responsabilidades na matéria e que assume agora a responsabilidade de conservar esta importante distinção para Portugal. _____

---A inscrição da «Dieta Mediterrânica» como património cultural e imaterial da humanidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) envolveu sete países, os quais apresentaram ao Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural e Imaterial da UNESCO uma candidatura, cujo processo foi coordenado por Portugal. _____

---Neste contexto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 24 de novembro de 2014, delibera: ___

---1. Congratular-se com as distinções atribuídas e felicitar as entidades acima mencionadas, sublinhando o seu empenhamento na divulgação internacional do concelho de Tavira, da região do Algarve e da Dieta Mediterrânica. _____

---2. Saudar a criação do Grupo de Acompanhamento para a Salvaguarda e Promoção da Dieta Mediterrânica, manifestando-lhe o empenhamento do Município de Tavira na salvaguarda dos valores e tradições associadas enquanto representante maior da comunidade representativa de Portugal. _____

---3. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta aos distinguidos e às seguintes entidades e instituições: Presidente da República, Presidente e Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Secretário de Estado da Cultura, Ministro da Economia, Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Presidente do Conselho Executivo e Primeiro-Secretário da AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, Presidentes das Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve e entidades nacionais e regionais integradas no Grupo de Acompanhamento para Salvaguarda e Promoção da Dieta Mediterrânica; e, _____

---4. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais.” _____

---O Presidente da Assembleia colocou a moção à discussão. _____

---O Membro João Carvalho referiu que apenas considerava que a Assembleia tardava em reconhecer o importante papel que tinha tido o Governo da República ao ter aceite Tavira como comunidade representante daquele projeto. Lembrou que sem o Governo nada daquilo teria acontecido. Certamente que Tavira tinha estado à altura do pedido, mas considerava que já era altura de colocarem a política partidária de lado e efetuarem aquele reconhecimento. _____

---O Presidente da Assembleia perguntou se haviam mais questões. _____

---O Membro José Graça disse que relativamente à intervenção do Membro João Carvalho recordava a moção que tinha sido aprovada por unanimidade quer naquela Assembleia Municipal quer na Assembleia Intermunicipal do Algarve onde aquela referência tinha sido efetuada. _____

---Tanto o anterior Governo como o atual, o anterior sobre o qual o processo tinha sido iniciado e de onde tinha partido o convite para que a cidade de Tavira e a sua comunidade fosse a representante de Portugal naquele processo, como o atual Governo, se tinham revelado parceiros colaborantes, cooperantes e tinham permitido que Tavira e Portugal tivessem obtido aquele sucesso. _____

---Por outro lado, devia ressaltar o ponto número dois da proposta que o Membro José Alberto tinha acabado de apresentar, que se relacionava com a saudação da criação do grupo de acompanhamento criado no Conselho de Ministros que na quinta-feira seguinte cumpriria duas semanas de realizado. _____

---O Presidente da Assembleia indagou se havia mais alguma questão, que não se verificando, colocou a moção a votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. _____

---Acrescentou que antes de passar à segunda moção, gostava de lembrar ao público que caso pretendessem usar da palavra o secretariado dispunha das fichas de inscrição, sendo que se deveriam inscrever. _____

---O Membro José Graça referiu que supunha que talvez fosse demasiado fastidioso proceder à leitura de toda a moção visto que os seus fundamentos eram conhecidos já que amplamente divulgados junto da opinião pública e, naquele mesmo dia, o Conselho Geral da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses tinha resolvido convocar um congresso extraordinário para o primeiro trimestre do ano seguinte muito devido ao atual Orçamento do Estado mas também ao conjunto de

perdas acumuladas que as autarquias portuguesas que vinham a registar nos últimos quatro anos em virtude dos orçamentos que tinham sido apresentados e aplicados. _____

---No total, cálculos efetuados pela ANMP, os municípios portugueses tinham perdido nos últimos quatro anos, cerca de mil e quinhentos milhões euros. Contudo, não podia deixar de registar ali o espírito de cooperação dos municípios que tinham alcançado em matéria de finanças públicas tendo contribuído, naquele período, de forma exemplar para a consolidação das contas públicas e redução do *deficit*, através da negociação da vária legislação que tinha sido aprovada e que era dirigida às autarquias, como o novo regime jurídico, a nova Lei da Finanças Locais, a Lei dos compromissos e pagamentos em atraso e a Lei de criação do fundo de apoio municipal. _____

---Em qualquer daqueles processos as autarquias tinham sido um parceiro dialogante e através de diversos acordos tinham procurado fazer chegar ao terreno aquele esforço que era de todos os portugueses. Porém, não tinham recebido da parte do Governo a mesma resposta. O acordo que tinha sido celebrado, no início do verão, não estava a ser respeitado. Constava nos considerados da moção, a alteração da Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso que não tinha sido cumprida e que o Governo procurava tratar de maneira igual autarquias que se comportavam de maneira diferente, bem ou mal, como era aquele caso, as autarquias que eram respeitadoras e autarquias que se esforçavam por equilibrar as suas contas e dar também o seu contributo para a gestão do Estado. _____

---Por outro lado, gostava ainda de ali refletir sobre a questão das trinta e cinco horas de trabalho. Em março do corrente ano, as dezasseis autarquias do Algarve e um conjunto significativo de sindicatos representantes dos seus trabalhadores tinham celebrado mais de meia centena de ACEEP – Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública que desde essa altura sofriam um veto de gaveta na Secretaria de Estado da Administração Pública. Primeiramente careciam do parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República que tinha sido solicitado como se a Lei não fosse suficientemente clara quanto ao papel das autarquias e, no caso, da Secretaria de Estado da Administração Pública após a emissão do parecer que além de ter sido pedido tinha tardado a ser divulgado, e quando tinha sido divulgado tinha-o sido numa perspetiva mais redutora. Uma situação como aquela acabava por gerar um conjunto de situações de desigualdade no tratamento dos funcionários pois havia autarquias no Algarve a aplicar as trinta e cinco horas enquanto outras, como era o caso de Tavira, estavam a aplicar as quarenta horas de trabalho semanais, pelo que, se verificava aquela diferença de tratamento dos trabalhadores. _____

---Para terminar, o Membro José Graça referiu que não podia deixar de sublinhar uma decorrência da Lei 75/2013 relacionada com a atribuição de novas competências às Comunidades Intermunicipais. Na Lei, o Governo tinha estipulado que as Câmaras Municipais apenas dispunham de cento e oitenta dias para efetuarem a transferência de competências mas, relativamente às Comunidades Intermunicipais, continuavam ainda a desconhecer quais seriam as competências de que o Governo estava disposto a abdicar, quais as competências que estava disposto a compartilhar de modo a serem transferidas

para as Câmaras Municipais ou Comunidades Intermunicipais. Por outro lado, o que se verificava era uma redução de quarenta por cento nas transferências do Estado para as Entidades Intermunicipais num ano em que se esperava que entrasse em vigor o Portugal 2020, o quadro comunitário de apoio até dois mil e vinte. _____

----Assim, conjugados aqueles fatores o que propunham era: _____

----*“1. Manifestar a sua discordância face à Proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2015 e repudiar o comportamento do Governo no relacionamento institucional com as Autarquias Locais; _____*

----*2. Recomendar ao Governo o cumprimento integral dos acordos celebrados com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, respeitando o esforço das autarquias cumpridoras e os sacrifícios impostos aos seus Municípios. _____*

----*3. Apelar à rápida homologação dos acordos coletivos de entidade empregadora pública (ACEEP’s), na posse da Secretaria de Estado da Administração Pública, assinados no dia 18 de março de 2014. _____*

----*4. Recomendar ao Governo o desenvolvimento das ações previstas no domínio das transferências do Estado para as autarquias locais e entidades intermunicipais, contribuindo dessa forma para o reforço da descentralização administrativa e valorização do papel desempenhada pela AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve.” _____*

----O Presidente da Assembleia colocou a moção à discussão. _____

----O Membro Antero Romeira disse que apenas pretendia questionar o Membro José Graça sobre se das dezasseis Câmaras Municipais do Algarve, catorze não praticavam as quarenta horas, qual seria a penalização que teriam. _____

----O Membro José Graça respondeu que da informação que no momento dispunham, nenhuma, sendo que das dezassete entidades de âmbito regional que tinham assinado o acordo, haviam treze que estavam a praticar as trinta e cinco horas e quatro que continuavam com o horário das quarenta horas, a saber, a Câmara Municipal de Tavira, a Câmara Municipal de Monchique, a Câmara Municipal de Faro e a própria AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve. _____

----Acrescentou que, pelo que que tinha conhecimento, nenhuma das outras autarquias, das treze, tinham sido até ao momento notificadas para que passassem a cumprir as quarenta horas semanais, ou seja, tinha havido uma interpretação sobre o parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República tendo sido comunicado que atempadamente seriam notificadas para regularizarem e voltarem a cumprir as quarenta horas, mas pelo que tinha conhecimento até à presente data nenhuma tinha sido notificada nesse sentido. O que se aguardava era que a Secretaria de Estado homologasse os acordos coletivos que tinham sido celebrados ao abrigo da Lei existente. _____

----O Presidente da Assembleia questionou se o Presidente da Câmara pretendia acrescentar algo sobre aquela questão. _____

----O Presidente da Câmara referiu que os dezasseis Presidentes de Câmara tinham subscrito os ACEEP’s. Quanto à penalização ela não seria aplicada no momento, mas em caso de uma auditoria. _____

---No dia em que tinham subscrito os acordos tinham dito perante as entidades, Sindicatos, FESAP - Federação de Sindicatos da Administração Pública, STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Confederação dos Sindicatos que os acordos teriam vigor se, nos termos da Lei e aquela era a Lei, o Secretário de Estado os homologasse. Bem ou mal, aquele facto estava na Lei. _____

---Concordava que violava o princípio de autonomia do Poder Local, bem como muitas outras coisas, embora o Acórdão do Tribunal Constitucional referisse que havia autonomia do Poder Local mas também que o Secretário de Estado tinha que estar envolvido. De facto, o Secretário de Estado tinha feito um veto de gaveta, tendo presentemente mandado devolver todos os ACEEP's, o que já tinha começado a acontecer, tendo algumas Câmaras Municipais já recebido. _____

---O Presidente da Câmara continuou dizendo que para responder concretamente às penalizações, cada um entendia e interpretava como quisesse, mas o Secretário de Estado da Administração Local tinha tido uma reunião com os Presidentes de Câmara onde tinha efetuado uma interpretação da Lei, sobre a qual não diria que não era assim, em que dizia claramente que a Inspeção Geral de Finanças, que tinha substituído a Inspeção Geral do Poder Local, iria avaliar a questão, ou não, em sede de auditorias cujo conjunto vasto se realizava anualmente e eram resultantes de um sorteio para auditorias administrativas. Em sede de auditorias para dois mil e quinze, um dos itens que iria ser avaliado seria o cumprimento das quarenta horas. Aquele era um exemplo que o Secretário de Estado tinha referido e que todos os presentes tinham ouvido, sendo que algumas Câmaras apesar de aplicarem trinta e cinco horas tinham efetuado algumas adaptações. _____

---A Câmara de Tavira tinha como princípio laborar quarenta horas até que os ACEEP's fossem publicados, cuja condição de validade dependia da assinatura e posterior publicação. _____

---Também tinha tido reuniões com os Sindicatos que não concordavam com aquela questão e percebia a sua luta, sendo que no caso da marcação de uma manifestação também lá havia de estar por considerar que o que estava a acontecer não era muito cordial por parte do Governo. Todavia a Lei era a Lei, e a Lei era para cumprir, não podendo ele ignorá-la, tal como não podia viver de acordo com estados de alma. Assim, enquanto o Secretário de Estado não homologa-se não adotaria as trinta e cinco horas. _____

---Em termos de sanção, pensava que todos percebiam, dava como exemplo se um motorista estivesse obrigado a laborar quarenta horas mas trabalhasse trinta e cinco horas, se fizesse trinta e oito horas havia um diferencial de três horas, que passariam a ser três horas extraordinárias, pelo que seriam pagas três horas indevidamente. A sanção era clara, qualquer verba paga indevidamente contra a Lei, dava direito a sanção e reintegração, sendo que quem pagaria seria quem tivesse autorizado a despesa indevidamente naquele conceito. Podia ser questionável o facto de havendo tantas Câmaras a fazê-lo, se seria aplicável. Ninguém sabia responder pois dependia dos relatórios elaborados. Todavia já tinha deixado a Segurança Social no ano de dois mil e nove e ainda no ano transato tinha tido que

responder no âmbito de uma auditoria. Sabia pois, que mesmo quando deixassem de integrar o Executivo, certamente seriam chamados a justificar as mais variadas questões.

----Para concluir, o Presidente da Câmara afirmou que seria o primeiro a mandar aplicar as trinta e cinco horas quando ele e os serviços jurídicos da Câmara entendessem que estava de acordo. Tinha consciência de que era injusto mas apenas o fariam quando entendessem que a aplicação daquele horário não constituía um problema para ninguém apesar de perceberem que estavam a aumentar os gastos com luz, gás e outros para além do descontentamento dos funcionários. _____

----O Membro João Carvalho disse que já uma vez tinha chamado “*pornográfica*” àquela medida. Sabia que não tinham gostado do seu estilo mas reiterava que era penalizadora e injusta mas para os setecentos mil portugueses que não tinham quarenta horas para trabalhar. _____

----Estava inclusivamente a contrariar as autarquias do CDS-PP – Partido Popular, que tinham assinado aquele acordo, pois considerava vergonhoso que na função pública, os Presidentes de Câmara, e não pretendia atingir ninguém, mas considerava vergonhoso que as pessoas ainda se preocupassem com atos eleitorais, porque sendo as Câmaras no Algarve as maiores entidades empregadoras, continuavam com políticas que nada interessavam ao invés da preocupação que deveria de recair nas pessoas que estavam desempregadas e não nos que estavam a trabalhar, se tinham ou não que trabalhar mais cinco horas. _____

----A Membro Muriel Dias referiu que a bancada do PSD – Partido Social Democrata iria votar contra a moção uma vez que a viam como um desvio da atenção da política nacional e principalmente por conter um ponto com o qual discordavam. Na moção estava mencionada a redução das receitas em sede de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, sendo que a posição da Câmara de Tavira era de um aumento de onze por cento para o ano de dois mil e quinze, pelo que, não lhes parecia coerente relativamente aos resultados que a Câmara de Tavira estava a apresentar, razão pelo que iriam votar contra.

----O Presidente da Assembleia verificando não haver mais intervenções colocou a moção a votação que foi aprovada por maioria de dezoito votos a favor e nove votos contra. _____

----A moção referente ao Orçamento de Estado para o ano de dois mil e quinze, encontra-se anexa à presente ata como documento número um. _____

----Referiu que naquele período de antes da Ordem do Dia pretendia lembrar que continuavam abertas as inscrições para o público. Possuía apenas uma inscrição e porque, dado o seu conteúdo, se previa que aquela fosse uma sessão prolongada, a intervenção do público iria ocorrer no final do período antes da ordem do dia. Assim, lembrava que se alguém do público pretendesse intervir se inscrevesse pois como o Regimento previa a Mesa podia decidir que a intervenção do público ocorresse quer numa ou noutra situação. _____

---Continuou referindo que também pretendia lembrar os membros da Assembleia, os que o necessitavam de fazer, que relativamente às senhas de presença deveriam entregar nos serviços da Assembleia ou Câmara, o respetivo recibo de vencimento do mês de outubro. _____

---Ainda antes de passar à ordem de trabalhos mencionou que caso os membros tivessem mais algum assunto que quisessem ver tratado fizessem o favor de se inscrever. _____

---O Presidente da Assembleia também referiu que a partir daquela sessão toda a correspondência recebida para a Assembleia que fosse de interesse, em vez de constar na folha resumo passaria a estar disponível na aplicação informática que a Câmara tinha onde eram carregados os documentos para as sessões da Assembleia, pelo que, aconselhava os membros a estarem regularmente atentos á aplicação informática porque lá estariam os documentos recebidos que fossem de interesse para os membros da Assembleia. _____

---A Membro Maria José Mestre referiu que lhe cabia a ela apresentar duas felizes informações. A primeira dizia respeito ao selo de qualidade exemplar da água para consumo humano atribuído novamente à TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M. em dois mil e catorze, pelo segundo ano consecutivo, no sentido em que a TaviraVerde tinha assegurado o cumprimento de cem por cento da totalidade do número de análises agendadas, num total de mil e trinta e uma, no programa de controlo da qualidade da água, assim como o cumprimento de cem por cento dos valores paramétricos, portanto a água de Tavira era uma água exemplar do que apenas se podiam regozijar. ____

---A outra nota feliz, que não pretendiam deixar de referir, dizia respeito à atribuição de dois prémios ao Município de Tavira no contexto dos Prémios Município do Ano Portugal 2014, um prémio instituído pela Universidade do Minho em que Tavira ao nível do Algarve tinha recebido o primeiro prémio. A nível nacional o primeiro prémio tinha sido atribuído ao Município de Lisboa, contudo Tavira também tinha sido distinguida com uma menção honrosa. Os prémios tinham sido relativos ao programa da Dieta Mediterrânica, pelo facto de Tavira ser a comunidade representativa de Portugal na Dieta Mediterrânica como Património Imaterial da Humanidade, sendo que os prémios atribuídos pela Universidade do Minho visavam reconhecer as boas práticas dos municípios portugueses com o objetivo de reconhecer projetos implementados com impacto para o desenvolvimento do território capazes de promover o crescimento sustentável. Tratavam-se, portanto, de dois importantes prémios para o Município de Tavira pelo que pretendiam parabenizar o Município e todos os tavirenses. _____

---O Membro Filipe Lopes referiu que apenas pretendia formular três questões, ao Executivo e à Mesa da Assembleia, que já tinha respondido, pois ia questionar o porquê de não receberem a correspondência, se havia alguma razão para que tal se verificasse, contudo, felizmente, aquela questão já tinha sido respondida. _____

---Dirigindo as questões ao Executivo referiu que se relacionavam com assuntos da cidade. Primeiramente tratava-se de um assunto que já ali tinha abordado sobre a Rotunda da Vela, na entrada de Tavira, que já não tinha água há bastante tempo. O Presidente da Câmara já lhe tinha

explicado que tal se devia a questões relacionadas com a impermeabilidade, mas pretendia saber se já tinha sido encontrada alguma solução, se estava prevista ou pensada, porque como estava não ficava bonito, não era agradável para um ponto de entrada na cidade. _____

---A segunda questão era relativa à estrada de Cachopo visto alguns habitantes da aldeia o terem questionado sobre se havia algo concreto previsto para a estrada que já há algum tempo se encontrava em muito mau estado. _____

---Por último referindo-se à Ponte dos Descobrimentos, para quem ainda não tivesse reparado, os condutores que se deslocassem do lado do Mercado para o outro lado podiam circular a setenta quilómetros à hora, existindo mesmo, uma placa a permiti-lo. Contudo, não existia qualquer placa a terminar, sendo que em sentido contrário tal não se verificava possível. Considerava perfeitamente justo e o código da estrada previa a possibilidade de em determinados locais dentro das cidades se poder circular a velocidade superior aos cinquenta quilómetros hora. Aquele era o único local onde aquela possibilidade existia, porém faltava a placa de fim. Tal possibilidade não se verificava em sentido oposto. Gostava pois de deixar aqueles alertas. _____

---O Presidente da Câmara respondeu que relativamente à questão da Rotunda da Vela tinham mandado elaborar um estudo para aferirem a funcionalidade da rotunda. Estava sem água porque a perdia, sendo que aquele sistema não funcionava. Tinham ali sido gastos mais de quatrocentos mil euros e não funcionava. Assim, para que pudessem acionar as garantias com confiança tinham solicitado a outra empresa externa que efetuasse uma avaliação do que estava executado. Ainda não tinham recebido o relatório, para o que tinham aberto um procedimento de contratação com um custo entre cinco a sete mil euros, de modo a que uma outra empresa efetuasse uma auditoria ao serviço executado para poderem, eventualmente, acionar as garantias, pelo que tinham que aguardar, não tendo por isso sido ainda tomada qualquer decisão. Tinham desligado a água porque se perdia tendo a rotunda ficado com o aspeto atual, todavia averiguariam se podia vir a ter alguma melhoria também com a requalificação da Estrada Nacional 125 se esta viesse a acontecer. _____

---Quanto ao ponto de situação da estrada de Cachopo, esta tinha sofrido uma pavimentação pontual em alguns locais que estavam muito degradados, estando previsto que no ano seguinte, como constava nos considerandos do plano e orçamento para o ano de dois mil e quinze, executar uma intervenção de Vale Murta para baixo que se tratava de uma intervenção substancial implicando partes de pavimentação, recuperação de um troço que tinha abatido na zona da Picota e cuja recomposição tinha um custo de cerca de cem mil euros e ainda a marcação da estrada. Tinham pois que verificar como iriam conseguir fazê-lo. Presentemente aquele projeto estava praticamente pronto, pelo que esperavam poder abrir o procedimento no ano seguinte. O concurso iria conter também outras estradas que estavam indicadas no plano de atividades e orçamento. Aquele era o ponto de situação, todavia não podiam pavimentar toda a estrada pois tinha um valor estimado de cerca de

cinco milhões de euros mas, pelo menos, pretendiam fazê-lo de Vale Murta para baixo e um ou outro acerto pontual noutras partes da estrada. _____

---Relativamente à Ponte dos Descobrimentos disse que pensava que o Vereador já tinha percebido que faltava um sinal mas também queria dizer, já que estavam a falar sobre a Ponte dos Descobrimentos, que tinham uma empreitada para lançar pois, como certamente os membros já tinham reparado, no sentido do Mercado Municipal para o outro lado, a ponte estava a apresentar um desnível na subida, pelo que estava a ser elaborado um caderno de encargos para a reparação junto à Rotunda da Vela Latina onde se estava a verificar um abatimento e para a colocação do respetivo pavimento, pelo menos até à entrada, tentando assim colmatar o desnível. Tratava-se de uma intervenção com um custo de cerca de cinquenta mil euros que envolvia alguma complexidade já identificada, pelo que a Divisão de Obras estava a analisar e elaborar um caderno de encargos para aferirem a possibilidade de também lançar concurso no ano seguinte. _____

---O Membro José Alberto Correia referiu que lhe tinha sido apresentado, no momento, um voto cuja informação à Assembleia muito lhe satisfazia dar. Tratava-se de uma cidadã natural e residente em Tavira, Ana Maria Ferro, Presidente da Associação Montepio Artístico Tavirense, que tendo, no passado dia vinte e quatro de outubro, decorrido na Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa uma cerimónia, tinha recebido o Prémio Mutualismo e Solidariedade 2013, pela mão do Presidente das Mutualidades Portuguesas, Dr. Luís Alberto Silva. Tratava-se de um prémio merecidíssimo que ilustrava o reconhecimento do esforço e dedicação em prol da causa. _____

---Como informação adicional referia ainda que tinha sido a primeira mulher a nível nacional a receber tal distinção, pelo que considerava que Ana Maria Ferro estava de parabéns, bem como todos por terem uma conterrânea tão ilustre. _____

---O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais intervenções, referiu que como tinha dito, iriam passar à intervenção do público para o que apenas tinha uma inscrição, do cidadão Liberto Rocha, a quem pedia o favor de efetuar a apresentação que pretendia. _____

---O cidadão Liberto Rocha referiu que era o representante do movimento cívico em Tavira intitulado “*Nós Cidadãos*”. O que pretendia era dar a conhecer o movimento que se encontrava em fase de recolha de assinaturas, sendo que no ano seguinte seria mais um partido político. _____

---O Presidente da Assembleia questionou se se tratava de um movimento cívico ou de um partido político. _____

---O cidadão Liberto Rocha esclareceu que presentemente era um movimento cívico que estava em fase de recolha de assinaturas para ser formalizado como um partido político. O “*Nós Cidadãos*” era um partido centro que defendia a social-democracia liberal para o século XXI. _____

---O Presidente da Assembleia referiu que antes de iniciarem a ordem de trabalhos iria colocar à votação a ata da última sessão, de trinta de setembro, que já tinha sido distribuída. _____

---A ata foi aprovada por maioria de vinte e seis votos a favor e uma abstenção do membro que não tinha estado presente. _____

---Passou à ordem de trabalhos começando, como habitualmente, com a apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal. _____

---O Presidente da Câmara referiu que desde o mês de setembro último até à presente data tinha acontecido um conjunto de eventos em Tavira que passava rapidamente a relatar para que os membros pudessem, de alguma forma, acompanhar a atividade municipal. _____

---Mostrou um conjunto de exposições que se encontravam patentes. Quanto à exposição de Tavira Islâmica, pensava já ter mencionado na última sessão, que o Vaso de Tavira se encontrava presentemente em exposição no Museu do Louvre, integrado numa exposição chamada “*Le Maroc medieval*”. _____

---Referiu-se ainda à exposição de João Serrão e Jorge Branco também patente no Núcleo Islâmico e à exposição da Caritas patente na Biblioteca composta por fotografias demonstrativas da pobreza e que tinha sido inaugurada dois ou três dias antes daquela sessão, estando até ao dia vinte e oito seguinte. Também decorriam exposições no Edifício André Pilarte. _____

---Passando ao desporto, o Presidente da Câmara referiu o Programa do Desporto para Todos e o Programa de Atividade Física já tinham reiniciado, acontecendo todos os finais de semana proporcionando uma maior mobilidade. Mostrou fotografia do “*Todos a Caminhar*” que contava com a participação de muitos adeptos. _____

---Também se tinha realizado uma formação sobre ética e desporto para os agentes desportivos e associações desportivas que tinha sido bastante participada e muito interessante. _____

---Realizou-se a final da prova de ciclismo e um “*Open de Karaté e Kempo*”, no Pavilhão Municipal que contou com a participação da Mariana Jesus a “*estrela*” de Tavira. _____

---O Cachopo Alive tinha levado a Cachopo mais de trezentos atletas. _____

---Mostrou foto de Helena Leiria a apresentar o livro de seu pai, Sebastião Leiria, que supunha tinha sido distribuído aos membros. _____

---Tinha-se realizado o oitavo Seminário Internacional de Provérbios que no corrente ano tinha contado com a presença do Secretário de Estado da Cultura, Barreto Xavier, na cerimónia de abertura. _____

---Realizaram-se a Feira de São Francisco bem como um conjunto de feiras de artesanato. _____

---No seguimento do que tinha vindo a acontecer, tinha ocorrido um conjunto de concertos no âmbito da Música nas Igrejas, bem como um concerto na Igreja do Carmo por ocasião do Dia Internacional da Música. _____

---Os Passeios da Dieta Mediterrânica continuavam a ser um sucesso com a participação de muitas pessoas e muitas crianças que resultavam da ligação que continuavam a fazer com as escolas e que estava a ser muito relevante. _____

---Tinham organizado conjuntamente com as instituições de solidariedade do Concelho, a primeira semana sénior que tinha sido composta por um conjunto de eventos, tendo-se realizado a eleição dos idosos “*Mister e Senhora Tavira*” cujo evento tinha sido bastante agradável tendo aquela sido uma semana bem passada com as instituições de solidariedade do Concelho a quem agradecia a participação. _____

---Passando ao tema de obras e urbanismo, o Presidente da Câmara referiu-se a alguns procedimentos e a um conjunto de empreitadas que se encontravam em curso. _____

---Tinha, naquela mesma semana, assinado o contrato para a requalificação da Rua João Vaz Corte Real cuja obra pensava tivesse início ainda até ao final do corrente ano. _____

---Referiu a habitação situada nas traseiras da Igreja de São Sebastião e que se encontrava em reabilitação. _____

---Na sexta-feira anterior também tinha assinado o contrato para a empreitada da Igreja de São Roque, pelo que supunha que também estaria em construção até ao final do corrente ano. _____

---Quanto à requalificação da Rua José Pires Padinha encontrava-se naquele momento em concurso estando na fase de erros e omissões, seguindo-se a proposta. _____

---Também já tinha assinado o contrato para as piscinas municipais cuja intervenção iria avançar até ao final do corrente ano e passaria pela colocação de um conjunto de painéis solares, representando um investimento de cerca de cinquenta mil euros por forma a reduzir o consumo energético. _____

---Existia ainda um conjunto de intervenções como a empreitada do edifício contíguo à Igreja das Ondas, o edifício onde anteriormente estava a Segurança Social, o edifício do Compromisso Marítimo, cujo procedimento se encontrava em fase de propostas. _____

---A execução do Muro de Estiramanténs já tinha propostas seguindo para contrato. Tratava-se da parte da estrada que tinha abatido com as chuvas. _____

---O Presidente da Câmara mencionou também a substituição das luminárias que se encontrava em procedimento final, já existindo uma empresa vencedora e, na prática, iriam substituir um conjunto de luminárias na Rua Luís de Camões, ou seja, em toda a zona da Escola Básica Nº 1 e Estação do Caminho-de-Ferro, em cujas luminárias seriam substituídas para LEDS de baixo consumo. A intervenção tinha um custo de cerca de oitenta mil euros, financiada pelo POAlgarve 21 – Programa Operacional do Algarve. Também iriam proceder a um ajustamento da energia elétrica da Escola de Cabanas o que representava uma pequena intervenção. _____

---O Acesso a Cabanas estaria concluído até ao final do corrente mês faltando apenas proceder à marcação da ciclovia. _____

---Informou que a intervenção junto à A Docapesca – Portos e Lotas, SA já se tinha iniciado tendo um prazo de execução de quatro meses. _____

---Quanto à Muralha da Rua dos Pelames já se encontrava concluída, sendo que inicialmente era para ficar sem pintura mas devido ao facto do arquiteto não ter gostado iria mandar pintar de branco. _____

---Referindo-se ao Palácio da Galeria, a empreitada da sala das reservas, onde muitos tinham tido aulas de oficinas, encontrava-se em concurso. _____

---Pretendiam terminar até ao final do corrente ano a intervenção dos parques infantis das escolas do Concelho que, na prática, consistia na substituição das caixas de areia e na colocação de brinquedos. Tratava-se de uma intervenção de cento e quarenta e seis mil euros que esperavam estivesse concluída até ao final do ano, pelo que veriam se o empreiteiro cumpriria. _____

---O Presidente da Assembleia questionou sobre se havia alguma questão sobre a informação do Presidente da Câmara. _____

---O Membro João Carvalho disse que pretendia efetuar algumas considerações. Começando pelo Acesso a Cabanas e, de acordo com a imagem mostrada, tinha sentido alguma desilusão e pensava não ser o único, relativamente à empreitada que estava a decorrer e no que se referia à dimensão dos passeios pois, atendendo à largura da estrada, considerava que se podia perfeitamente ter optado por passeios que permitissem que as pessoas andassem de bicicleta ou com um carro de bebé já que com a arborização iriam ficar muito pequenos. _____

---Relativamente aos eventos queria apenas fazer uma consideração. Sabia que politicamente era muito complicado até porque não sendo um assunto político começava a sê-lo a partir do momento em que o decisor era o Presidente da Câmara, que decidia politicamente se poderiam realizar-se ou não. Notava que de orçamento para orçamento, quando eram apresentados os eventos era sistematicamente escondido um acontecimento que se realizava em Tavira e que ele tinha alguma dificuldade em aceitar a sua realização e referia-se à tourada. Assim, questionava se o Presidente da Câmara tinha alguma ideia quanto aos anos seguintes, se aquele evento seria para continuar, se Tavira iria realmente começar a ter alguma projeção a nível nacional em touradas, ou se pelo contrário, tinha algo definido para o fim daquele espetáculo. _____

---O Presidente da Câmara respondeu que relativamente ao Acesso a Cabanas deveriam de deixar que a empreitada terminasse. O que podia referir era que de acordo com a engenharia e arquitetura, já que ele não era engenheiro ou arquiteto mas sim jurista, o que tinha sido colocado no projeto estava de acordo com os requisitos necessários para que fosse financiado por fundos comunitários, tendo aquela intervenção sido cofinanciada em sessenta e cinco por cento por verbas comunitárias. _____

---Os engenheiros e arquitetos da Câmara tinham elaborado o projeto, sendo que os passeios cumpriam as regras mínimas. Tinha sido analisado pela Câmara, tendo declarações de engenheiros e arquitetos relativas ao cumprimento, sendo que também os técnicos do POAlgarve 21 tinham avaliado o cumprimento das regras para que pudesse ser financiado. O projeto tinha chumbado numa primeira análise porque, para poder ser financiado tinha que incluir uma ciclovia, passeios e árvores de modo a obter a pontuação necessária. Tinha sido efetuadas as correções tendo o mesmo sido repescado. O valor a concurso rondava os trezentos e cinquenta mil euros tendo ficado em cerca de duzentos e trinta mil euros dos quais tinham sido financiados em sessenta e cinco por cento. Pensava tratar-se de

uma obra relevante, pelo que conviria aguardarem que terminasse para verificarem como iria ficar a passagem. Continha uma ciclovia de cerca de dois metros ao lado do passeio, pelo que as avaliações finais só podiam ser efetuadas quando estivesse concluída. Não era engenheiro ou arquiteto mas confiava que o projeto estava bem em termos de arquitetura. Considerava importante chamar à atenção para estas questões porque se diziam muitas coisas mas, de facto, a intervenção não estava ainda concluída. _____

---Relativamente às touradas o que podia garantir era que a Câmara de Tavira não iria organizar qualquer tourada de sua iniciativa. Confessava que respeitava as tradições portuguesas quaisquer que fossem, o modo de pensar de cada um, a pluralidade na diversidade, sendo que a sua opinião era a sua opinião, contudo considerava que tinham que respeitar todos de modo a constituírem uma sociedade pluralista, não seguir modas nem ser anti modas. _____

---Assim, o que podia garantir era que a Câmara Municipal de Tavira ou qualquer serviço da sua dependência não iriam organizar nenhuma tourada, todavia não podiam esquecer que havia uma associação, a Equitavira que as costumava organizar e também não podiam esquecer que a Câmara de Tavira iria organizar a Feira de Caça e Pesca que geralmente se associava a uma tourada, que não sendo uma organização da Câmara Municipal, acontecia em território municipal. _____

---Quanto ao que iria acontecer no ano seguinte desconhecia pois nada lhe tinha sido proposto. _____

---A Membro Maria do Rosário Afonso disse que ainda não estava contemplado na apresentação do Presidente da Câmara e relacionado com as grandes opções do plano do ano de dois mil e catorze, a verba de trinta mil euros que estava prevista para a Fábrica da Igreja de Santo Estevão. Não se tratava de uma intervenção mas vinha na sequência da situação existente decorrente da cedência do terreno à autarquia como o Presidente da Câmara já tinha esclarecido numa das últimas Assembleias. _____

---O Presidente da Câmara afirmou que iria fazer chegar ao Presidente da Assembleia Municipal o contrato celebrado entre a Fábrica da Igreja e o seu antecessor para que não restassem dúvidas de qual o nível de obrigatoriedade da Câmara Municipal de Tavira. O Presidente da Assembleia iria receber o contrato que poderia ser disponibilizado a qualquer membro daquela Assembleia. _____

---Acrescentou que não estava no orçamento porque se tratava de um assunto que tinha que ser discutido a nível jurídico para efetuarem uma evolução do mesmo. O valor que reconheciam como certo não tinha que constar no orçamento sendo que se tratava de um assunto que seria resolvido juridicamente de modo a que a Câmara pudesse liquidar o terreno que tinha ocupado, sem dívidas, antibioses, corrigindo algo que estava mal elaborado mas que não tinha que constar no orçamento. Não se tratava de uma intervenção, sendo antes o valor de um terreno que a Câmara tinha ocupado sem liquidar e que nem tinha sido o atual Executivo que o tinha feito mas que iria ser quem teria que resolver a questão dentro do orçamento ainda em vigor, porque pretendiam fazê-lo até ao final do corrente ano. Porém queria tranquilizar a Membro Maria do Rosário sobre a resolução do assunto que iria ser mais um que corrigiriam. _____

---A Membro Maria do Rosário disse que apenas estava a questionar o Presidente da Câmara porque, e não tinha sido ela que tinha previsto mas a autarquia, que tinha previsto aquela importância para o ano de dois mil e catorze. Assim, considerava legítimo o que estava a questionar até porque na mesma rubrica para o ano de dois mil e quinze a autarquia tinha incluído vinte e seis mil, seiscentos e vinte euros que supunha serem para o mesmo efeito. _____

---O Presidente da Câmara esclareceu que todos os assuntos que conseguissem resolver até ao final do corrente ano libertariam o orçamento do ano seguinte porque ainda podiam efetuar algumas alterações, sendo daquele modo que as questões funcionavam. _____

---Pretendiam resolver até ao final do ano, mas no momento não o sabia, todavia tencionavam fazê-lo no mês que ainda restava. Assim, se conseguissem, resolveriam, se não conseguissem estava contemplado em orçamento. Iam tentar resolver, o que era incerto pois existiam questões jurídicas que tinham que ser ultrapassadas, mas iria fazer chegar o contrato. _____

---O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais questões, passou ao ponto número dois da ordem de trabalhos sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 175/2014/CM, referente ao Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal para o ano de 2015. _____

---O Presidente da Câmara referiu que aquele orçamento tinha sido elaborado no passado mês de setembro porque, no corrente ano, os orçamentos municipais tinham tido que ser antecipados em cerca de um mês e meio por imposição do Governo devido a responsabilidades assumidas para com a Comunidade Europeia e porque tinham tido também que transmiti-lo àquela Assembleia Municipal até ao dia trinta e um de outubro passado de modo a que pudesse ser avaliado pelos diferentes grupos. _____

---Genericamente um orçamento era um conjunto de previsões mas existiam dois ou três dados que eram indubitáveis relativamente ao ano de dois mil e catorze. Em setembro, quando da elaboração daquele orçamento, quando tinham efetuado as previsões, tinham usado uma conta fácil de fazer em termos de receita que resultava da média, como dizia a regra, para o corrente ano. Todavia uma coisa era calcular qual o valor da receita que a Câmara teria num momento em que não tinha dívida de curto prazo, outra diferente, era quanto à situação aludida pelo Membro José Graça referente ao pagamento das festas de outros, porque o FAM - Fundo de Apoio Municipal iria absorver anualmente cerca de duzentos mil euros sendo que seguramente mais encargos viriam ou poderiam vir. Não podiam fixar receitas, ou seja, situações em que todos os anos vendessem as mesmas casas, o mesmo património ou invenções como a contabilidade criativa que anualmente era efetuada por forma a acomodar o que era transitado. Aquele tipo de contabilidade tinha acabado, o que considerava bem, mas que se não tivessem analisado profundamente a questão, tinham tido muitos problemas para acomodar tudo. Assim, como aquele tipo de contabilidade tinha acabado, tinham procedido de forma simples, calculando a média das receitas dos últimos três anos acrescida da média da venda do património também dos últimos três anos, dividindo por três e achando a média. _____

---Acrescentou que o orçamento era um documento cuja maioria das contas era técnicas, elaborado pelos técnicos tendo, obviamente, uma componente política dada pela gestão, tornando-o a partir desse ponto um documento político. O cálculo da verba da receita, vinte e seis milhões de euros equivalia a um corte de vinte por cento relativamente ao orçamento do ano anterior com o correspondente corte de vinte por cento na despesa. Do orçamento do ano transato de trinta milhões e quinhentos mil euros, no qual tinham incorporado cerca de cinco milhões de saldo corrente, tinha desaparecido vinte por cento da receita. Assim, o que podiam referir era que o orçamento que apresentavam para o ano de dois mil e quinze era de vinte e seis milhões de euros correspondendo a vinte e três milhões e novecentos mil de correntes e cinco milhões e setecentos mil de capital. Tratava-se do valor que tinham como certo e que, no momento, a Câmara já conseguia libertar para poder investir cerca de três milhões de euros. _____

---Assim, o que podia referir conforme constava na página sete do documento que os membros possuíam e que ia tentar seguir, era que a realidade no ano de dois mil e dez quanto ao prazo médio de pagamento a fornecedores era de vinte e dois dias tendo terminado o ano com trinta e seis dias e no ano de dois mil e catorze seria seguramente inferior a trinta dias. _____

---Tinham abolido a taxa da derrama e vindo a manter as taxas de IMI e IMT - Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis. A Câmara de Tavira tinha aplicado sempre as taxas máximas de IMI e IRS - Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares pois quanto ao IMT não podiam mexer. Se os membros se recordavam, no ano transato tinham pensado aplicar as taxas máximas, tendo mesmo aquela questão sido apresentada em duas Assembleias, primeiro com a previsão do aumento de zero vírgula cinco e zero vírgula oito, tendo posteriormente sido reduzidas novamente para zero vírgula quatro e zero vírgula sete. _____

---Quanto à receita tinham alguns desafios, algumas dificuldades mas previam incorporar um saldo de gerência no orçamento de dois mil e quinze, num valor entre os sete e oito milhões de euros sendo que apenas aqueles montantes lhes permitiriam lançar um conjunto de concursos de obras que passava a relatar. _____

---As opções tinham recaído na coesão social, dinamização turística e do património e, obviamente, na requalificação e valorização do Concelho com um conjunto de medidas de ação social cujas rúbricas estavam algo misturadas com medidas de educação, ação social e apoio a instituições não existindo uma rúbrica única com um valor, por exemplo, de três milhões de euros para a ação social já que a verba estava diluída por várias rúbricas, sendo certo que fariam as revisões orçamentais conforme as necessidades de modo a alavancar ou colocar um conjunto de verbas nas rúbricas correspondentes. Também era certo que previam reforçar, de alguma forma, o apoio às instituições, tanto mais que estavam a fechar a nova carta educativa para o Concelho de Tavira e também a trabalhar afincadamente no novo plano de desenvolvimento social, o PDS do Município de Tavira, porque aqueles dois documentos conjuntamente com o PDM – Plano Diretor Municipal que também estava a

ser elaborado, permitiriam a elaboração de candidaturas integradas assim que existissem regulamentos e avisos para se candidatarem a fundos comunitários em projetos integrados do território que tinham uma fortíssima componente do Fundo Social Europeu destinada àquelas medidas sociais. _____

---Pretendiam promover o verão, a Dieta Mediterrânica, a feira, o Verão em Tavira, os festivais, a Páscoa, as festas em que tradicionalmente estavam presentes, pretendendo também apostar, uma vez que tinham sido reconhecidos como o melhor Município de dois mil e catorze do Algarve e estando a ter alguma notoriedade na promoção do Concelho para que se tornasse muito mais apetecível aos investidores que nele pretendessem investir e para o que também tinham destinado algumas verbas. Assim, tinham um orçamento com um conjunto de verbas para poderem promover o Concelho tanto mais que eram parceiros de pleno direito quer da CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional quer do Turismo devido à distinção da Dieta Mediterrânica. Obviamente que efetuariam muitas candidaturas a fundos comunitários também em projetos integrados de valorização do território. _____

---Propunham a manutenção das taxas de IMI e IRS e a decisão de manterem ou baixarem tinha sido uma decisão devidamente ponderada. Em setembro passado, quando tinham elaborado a projeção daquele orçamento, em que se falava da revisão das matrizes, tecnicamente tinham previsto que o IMI iria aumentar onze por cento, valor que tinham achado do contrabalanço entre as receitas que baixavam e as despesas que diminuía e ainda alguns fatores que tinham tomado conhecimento a partir de setembro. No dia seguinte, ocorreria a votação final global do Orçamento de Estado sendo que, no momento, ainda não sabiam se a comissão respetiva iria apoiar ou não a proposta do PS sobre o prolongamento da cláusula de salvaguarda que pensava também tinha sido secundada pelo BE – Bloco de Esquerda e pela CDU – Coligação Democrática Unitária. Até setembro, também não sabiam o valor que representariam os prédios isentos uma vez que pela novidade imposta previa-se que haveria mais cinquenta mil prédios isentos de IMI em função dos rendimentos dos agregados, passando estes a um total de trezentos e cinquenta mil prédios a estarem isentos. _____

---Nesse mesmo dia tinha estado com a Ministra Assunção Cristas devido à visita que tinha efetuado ao Concelho de Tavira, tendo apresentado outra novidade no âmbito da legislação da fiscalidade verde. Tinha dito que iria haver uma medida de isenção para os proprietários com propriedades em zonas ZIF – Zonas de intervenção Florestal por forma a terem um incentivo para propriedades naquelas zonas, sendo que em Tavira estava-se na constituição da quarta zona. Aquela representava mais uma novidade não quantificada. Também, em setembro passado desconheciam a intenção do Governo em proceder à diferenciação do IMI com base no número de filhos, o que representava mais uma novidade não quantificada. _____

---O Presidente da Câmara continuou dizendo que existiam um conjunto de indicadores elaborados em setembro com base em projeções cujas novidades introduzidas pelo Orçamento de Estado ainda

não tinham conseguido quantificar, sendo que aquela questão também seria afetada em função da reavaliação dos prédios, pois ninguém conseguia dizer qual o valor que iriam receber. Não tinham ainda recebido a última *tranche* do IMI que, teoricamente correspondia à terceira prestação de quem pagava mais IMI, o que saberiam apenas em dezembro. Em setembro estavam longe de saber qual seria o valor arrecadado de IMI até ao final do ano. Não sabiam também qual seria a taxa de incumprimento, sabendo apenas que até àquele momento a receita de IMI estava a subir mas devido às variáveis desconhecidas teriam que fazer uma avaliação. _____

---Como tinham um plano de intervenções para realizar e um conjunto de compromissos assumidos que não podiam ser adiados e, porque as verbas no banco também não bastavam devido à existência da Lei dos Compromissos e Equilíbrio Financeiro das Câmaras que levava a que as verbas depositadas no Banco não pudessem, muitas vezes, ser utilizadas por existir um conjunto de compromissos assumidos. _____

---Assim, o que tinham que fazer era aproveitar a condição financeira da Câmara para investir num conjunto de intervenções que tinham para realizar porque as pessoas esperavam-no, nomeadamente no que se referia à rede de estradas relativamente ao que já tinha a certeza de que não seria comparticipada por fundos comunitários, pelo que, todas as intervenções que viessem a ser executadas seriam cem por cento financiadas pelas autarquias por não haver mais fundos para a reabilitação de estradas, nem FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, nem FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, nem AGRIS – Agricultura e Desenvolvimento Rural, nem qualquer outro. Nesse sentido estimavam que significariam alguns milhões de euros sendo que pretendiam realizar obra física para o próximo ano que representavam as aspirações e iam de acordo ao que tinham garantido no compromisso eleitoral para cumprir até ao ano de dois mil e dezassete. A Ermida de São Roque, a Muralha da Rua dos Pelames, a Igreja das Ondas e o Edifício contíguo e as artérias da Cidade visto algumas ruas se encontrarem completamente esburacadas a requerer novo pavimento representavam requalificações que tinham obrigação de efetuar. _____

---Tinham que requalificar as estradas dos Morenos, Umbria e Várzeas do Vinagre que se encontravam numa lástima. Eram cerca de catorze quilómetros que estavam muito degradados e que se propunham requalificar. Pretendiam também concluir a beneficiação da Estrada 397 até à Portela da Corcha, com prioridade de Vale Murta para sul. _____

---Também havia a necessidade de reabilitar o Largo da Eira da Cruz em Cachopo, o Largo Pedro Gramito e o acesso que era a estrada por detrás da Igreja usada para os funerais, que também estava muito degradada. Tinham que reparar a estrada entre a Fuzeta e os Cintados que já constava nas opções mas que até àquela data não tinha sido possível intervir por falta de verba. Havia que efetuar uma estrada nova para Santo Estevão, no espaço compreendido desde a Estrada 270 até à Aldeia que era uma estrada muito utilizada. Santo Estevão também tinha que ter uma nova entrada, digna e em condições. _____

---O orçamento compreendia ainda cerca de setenta mil euros para a elaboração de estudos por forma a lançarem um concurso para a nova ponte sobre o Rio Gilão porque a ponte atual estava muito degradada. Já tinham a localização autorizada por parte das Entidades competentes para o mesmo local, todavia tinham que efetuar um concurso, pelo que iria ser elaborado o caderno de encargos. _____

---O acesso urbanístico da Conceição/Cabanas estava a terminar. _____

---Também tinham que Executar a requalificação da Rua João Vaz Corte Real e concluir a reabilitação da Rua José Pires Padinha cuja obra os estava a preocupar porque iria atrasar um pouco, principalmente a verificarem-se erros e omissões. Tratava-se de uma obra financiada em sessenta e cinco por cento de cerca de seiscentos mil euros, pelo que, estava preocupado porque tinham que concluir a obra até julho. Existia um conjunto de intervenções que não estavam inumeradas a serem realizadas num período bem afastado das eleições para que tal não fosse alegado e para o bom nome da Câmara e dos políticos. Eram obras urgentes e necessárias para o que precisavam de dispor de verbas, cujo condicionamento consistia no facto de apenas saberem qual seria a receita no final do corrente ano. _____

---O Presidente da Câmara referiu que relativamente às projeções para o corrente ano, existia um conjunto de “Ses” relativamente à obra que tinham que executar e o não financiamento de grande parte dela, o que requeria que propusessem a manutenção das taxas do IMI em zero vírgula quatro e a do IRS em cinco por cento, pelo menos por mais um ano. _____

---Obviamente que naquele orçamento tinham que estar atentos a um conjunto de intervenções que não estradas mas que interagissem no território. O próximo quadro comunitário de apoio iria conter verbas para a eficiência energética, para intervenção comunitária, para a área do empreendedorismo, para empresários e criação de emprego, todavia ainda não existiam regulamentos. Para cumprimento do orçamento que apresentava tentariam também estabelecer algumas parcerias com um conjunto de Entidades para, não através de Câmara, mas provavelmente com os privados, poderem alavancar alguns postos de trabalho. Assim sendo, o que poderiam verificar era que as receitas globais teriam uma quebra de vinte por cento. Previam que as receitas correntes subissem três por cento e a receita de capital, diminuísse setenta e sete por cento, mas o valor era baixo. Obviamente que esperavam que a receita do IMI correspondesse ao que tinham orçamentado, onze por cento, mas tinham as maiores dúvidas, pelo que verificariam o que mais lhes reservava os dias futuros. _____

---Os encargos bancários estavam a reduzir, o endividamento total da Câmara Municipal de Tavira rondava presentemente os quinze milhões de euros tendo reduzido bastante. A Câmara tinha alguma capacidade de endividamento que não estavam a prever utilizar mas, obviamente, e havia um grande risco representado pela EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M., que em abril próximo apresentaria as suas contas e verificariam qual o impacto que estas teriam nas contas da Câmara e de que forma. _____

---Assim explicava que teriam um corte de vinte por cento nas receitas, um corte de valor igual nas despesas, um orçamento mais reduzido com um valor de vinte e seis milhões que representava o orçamento mais baixo e o mais rigoroso de sempre. _____

---Quando tinha assumido funções como Presidente da Câmara no ano de dois mil e nove o orçamento era de cinquenta e seis milhões para uma receita inferior a trinta milhões o que considerava uma ficção. Tendo um orçamento para cabimentar cinquenta e seis milhões, a dívida ia crescendo. Todavia havia algo que os tavirenses tinham vindo a fazer, tinham compreendido aquelas políticas, com esforço, com dificuldades, mas compreendido que conduziam a que o orçamento fosse muito rigoroso. _____

---Para concluir, o Presidente da Câmara disse que relativamente à carga fiscal, porque também considerava importante abordarem o tema, podiam referir que não tinham descido as taxas de IMI como tinha tentado explicar, porém a pergunta deveria ser sobre o porquê do Governo aumentar a carga fiscal para o ano seguinte num valor superior a cinco por cento, como estava apresentado, sendo que, seguramente, não seria por ser populista. Não tinham pedido para que os prédios fossem reavaliados, pedindo inclusivamente alguma estabilidade fiscal para o ano em apreço e questionava porque haveriam de ser sempre as Câmaras a reduzir as taxas, que nem tinham aumentado mas mantido, apesar de todas as incertezas em relação à receita que seria aferida nas várias apresentações que fariam e que eram acompanhadas por aquela Assembleia. Considerava aquele o melhor orçamento de sempre, com menos receita, menos despesa, mais rigor, menor tempo médio de pagamentos, um conjunto de taxas iguais às que vigoravam no momento e um futuro muito incerto sendo que no ano seguinte haveria eleições. _____

---O Membro Antero Romeira referiu que relativamente ao orçamento o Presidente da Câmara já tinha explicado. A previsão da receita corrente continha um aumento de setecentos mil euros, a despesa corrente baixaria um milhão e setecentos mil euros e a despesa de capital ia aumentar quatro milhões e oitocentos mil euros. _____

---Naquele orçamento, por força da Lei como constava na página seis, existia um valor de seis milhões e novecentos mil euros relativos à venda dos investimentos cuja questão gostaria de ter visto nos anos anteriores sobre o que, inclusivamente, tinha falado na Assembleia do mês de novembro do ano de dois mil e treze. _____

---O Presidente da Câmara tinha referido que o orçamento da autarquia era o mais baixo possível sendo que a CDU subscrevia que realmente se prezava por três situações. Efetivamente verificava-se uma grande contenção na despesa, tendo o Presidente da Câmara alegado menos receita. Quanto à receita corrente, se tudo corresse bem e, de facto, havia muitos “Ses”, o IMI iria baixar pelo rendimento e outros, mas questionavam relativamente às rúbricas, coesão social, dinamização turística e do património e requalificação e valorização do Concelho, o porquê da autarquia naquelas rúbricas em que se verificava que as pessoas tinham cada vez mais dificuldades provocadas pelos

cortes dos rendimentos, o funcionalismo público, o desemprego, na ação social se verificava uma redução de quarenta por cento, pelo que consideravam que o Executivo deveria ponderar aquelas situações relativamente ao ano de dois mil e catorze. Sendo das rubricas que sofria uma maior redução, embora a rubrica de projetos e urbanizações tivesse cinquenta e quatro por cento o que lhe parecia óbvio, a educação e juventude continham uma redução de quarenta e oito por cento, sendo sobre aquele aspeto que deixavam a sua crítica por considerarem que o orçamento deveria incidir mais sobre as pessoas e menos noutras questões. _____

----Também, relativamente àquela situação, pretendia formular algumas questões. No que se referia às entidades subsidiadas que constavam no orçamento, o porquê das apresentadas e não outras. Como solução para aquela distribuição da despesa apontavam para uma alteração, já que havia uma diminuição muito brusca na educação e juventude, aumentando a ação social apenas vinte mil euros, com o ambiente e a sustentabilidade que aumentavam cento e noventa e um mil euros. Verificava-se uma redução, no que pensava serem as refeições dos jovens até ao primeiro ciclo e também não estava incluída a intervenção no ginásio da Escola Dom Manuel. Assim, não estando aquela intervenção cabimentada gostava de saber a razão daquelas situações sendo evidente que o Presidente da Câmara teria que acautelar a despesa por ter menos receita, o que não se verificava relativamente à receita corrente. Tendo deixado de existir aquela contabilidade criativa a que se tinha referido e independentemente do partido político que estivesse no poder, aquelas situações eram cada vez mais gratificantes tanto para quem lia os documentos como para os compreender. _____

----Era óbvio que percebiam o esforço que o Executivo estava a fazer no sentido de equilibrar as contas e ter sustentabilidade económica que era evidente, mas gostava de ouvir o Presidente da Câmara sobre a redução na coesão social relativamente a todas as outras rubricas. Pensava que a Câmara de Tavira tinha dois programas de apoio social conforme constante nas páginas, um e vinte e cinco, cujo custo rondava os cem mil euros em apoios a instituições sociais. Assim gostava de saber quais eram as instituições, se eram muitas ou poucas, ou se apenas seria para dividir por uma ou duas. _____

----Na educação e juventude notava-se que tal redução se referia ao fornecimento das refeições escolares tendo passado de cerca de oitocentos mil para quatrocentos e doze mil euros, cujo esclarecimento solicitava. _____

----O Membro Antero Romeira acrescentou que era evidente a existência de uma agenda cultural por parte da Câmara com a qual se congratulavam mas pensava que tinha que ser mais dinâmica. Assim, a questão que formulava era relativa aos apoios às instituições culturais, aos cem mil euros, sobre quantas eram sendo que trinta mil euros, ou seja trinta por cento, eram destinados à Associação Musical do Algarve. _____

----No que se referia ao desporto, para o que estavam destinados trezentos mil euros, gostava de saber quais as entidades mais subsidiadas. Ainda ligado ao desporto e sendo que a promoção da atividade física era realizada pela Câmara Municipal ou entidades sem fins lucrativos cuja atividade era

o desporto e sendo que a Câmara contratava técnicos, fazia as atividades havendo estudos elaborados e entregues na Câmara Municipal por parte dos técnicos, pretendia saber quantas entidades sem fins lucrativos com atividades ou ligadas à atividade desportiva eram e se os sessenta e um mil euros eram gastos pela Câmara ou pelas entidades. _____

----Queria ainda perguntar sobre uma situação que se revelava no orçamento. Além da contenção na despesa para um equilíbrio económico sustentável, notavam-se duas situações. Primeiramente, conforme apontado na página doze, existia um *superavit* de três milhões e seiscentos mil euros e verificava-se a preocupação por parte da Câmara quanto ao pagamento da dívida, como passava a ler: *“O saldo corrente regista um superavit de três milhões e seiscentos mil euros, o qual financiará no mesmo valor a despesa de capital, incluindo a amortização da dívida.”* O Presidente da Câmara tinha referido que a dívida global da autarquia era presentemente de quinze milhões de euros, sendo que o saldo de gerência a incorporar, se tudo corresse na normalidade, seria de sete milhões de euros, que assim sendo representaria mais de vinte e cinco por cento do orçamento da Câmara. Assim, tinha a sensação que o Executivo estava com alguns receios relativamente a algumas contingências que pudessem surgir, pelo que, gostaria de ouvir o que o Presidente da Câmara tinha a dizer sobre o assunto. _____

----O Presidente da Câmara agradeceu a profundidade da avaliação do orçamento a que o Membro Antero Romeira já os tinha habituado. _____

----Esclareceu que o orçamento era um documento previsional mas obviamente um documento político. O que pretendia era garantir a não existência de qualquer redução. Os números até podiam indiciar um aumento de vinte mil euros, mas havia uma desorçamentação, explicada na página número nove, do valor que estava comprometido, porque já não estava prevista a execução de espaço na Escola Dom Manuel e algo das refeições escolares. O que podia dizer era que todos os programas sociais, existentes ou a lançar, eram efetuados em função das necessidades, dado considerar que as questões sociais tinham que ser atualizadas diariamente. Estavam a ponderar novas medidas em função das dinâmicas das preocupações das pessoas, da época, que também estavam relacionadas com as contingências, como por exemplo, o apoio maior ou menor por parte da Segurança Social ou a maior ou menor capacidade de resposta por parte das Juntas de Freguesia fazendo-o em função daqueles fatores. Não era por estarem a avaliar um documento num dia certo que poderiam dizer que o orçamento social era maior ou menor. As rubricas existiam mas podiam ser readaptadas em função das necessidades e medidas de política social que teriam para implementar. O que esperava e lhe parecia, era que as dinâmicas de intervenção social que a Segurança Social já não estava a acautelar, os estavam a empurrar para questões como contratos de inserção local em que tinham que efetuar multifundos e programas adaptados à especificidade da realidade, para o que se podiam candidatar a fundos comunitários cuja verba receberiam por força das candidaturas que praticamente tinha a certeza de que iriam apresentar para os territórios alvo de intervenção em função das problemáticas.

Como exemplo, citava que não tinham imputado verba à reabilitação da habitação social que tinha que ser realizada nas quinhentas e noventa habitações que possuíam contudo, se fosse possível realizar por via da eficiência energética conseguindo assim receber fundos para a reabilitação daqueles bairros, considerava que valeria a pena esperar para se adaptarem em função dos regulamentos. _____

----Assim, como se encontravam na passagem de quadro comunitário de apoio estavam a aguardar para verificar como seriam distribuídos. O quadro comunitário seguinte tinha trezentos e dezanove milhões de euros de fundos comunitários dos quais havia uma parcela destinada às Câmaras, sendo dessa parcela onde estavam contemplados uns multifundos, que tinham que verificar o que conseguiam candidatar por forma a receberem um conjunto de verbas que, no momento, estavam alocadas em algumas rúbricas do orçamento, sendo o que todas as Câmaras iriam fazer no momento.

----O que podia garantir era que, obviamente, dentro das limitações do orçamento não previam que se verificassem falta de medidas sociais por não disporem de verba mesmo que para acudir a uma emergência tivessem que sacrificar uma despesa de capital. Até tinham o programa das refeições nas freguesias com um custo de sessenta mil euros que tinha sido uma medida que ninguém tinha pedido, que não estava prevista mas que estava a funcionar através da rede de solidariedade de instituições de solidariedade social. Não era muito, mas por acaso até tinham seguido o Governo que tinha previsto a distribuição de refeições a pessoas carenciadas, em situação de emergência, desemprego, ficando assim sem destino e cujos filhos necessitavam de alimentação. O Governo tinha apenas previsto aquela medida para a cidade com cento e setenta refeições, mas não tinham incluído as freguesias o que era efetuado pela Câmara. _____

----Com exceção da atribuição dos materiais escolares aos alunos, cuja medida tinha transitado e presentemente integrava o programa sendo para manter, estavam a ponderar novas medidas de apoio às famílias na área da infância e possivelmente idosos, mas dependiam das dinâmicas que iam apurando. _____

----Pedi desculpa por não estar tudo previsto, porém considerava que as questões sociais não se previam daquela forma porque existiam vários atores no terreno sendo que tinham que ir averiguando as situações. Todavia o que garantia era que independentemente do valor que estivesse imputado, obviamente que não sendo indiferente, poderiam readaptar as verbas para o efeito. Também havia a questão da intervenção das Juntas de Freguesia que recebiam alguma verba da Câmara e que diariamente iam tratando e resolvendo muitas questões até da competência das instituições de solidariedade social. _____

----O Presidente da Câmara continuou dizendo que na página número nove constava uma pequena explicação relativa ao corte de verba para a coesão social, contudo a explicação era mais lata porque não tinham conseguido prever a verba que iriam despende, mas tinham pretendido alavancar a que possuíam noutras propostas. _____

---Relativamente às associações culturais a Câmara tinha um contrato com a Orquestra do Algarve que tinha que cumprir. Era fundadora da Orquestra do Algarve presentemente intitulada Orquestra Clássica do Sul. Quando tinha assumido funções, a quota da Câmara era de quarenta e oito mil euros tendo no ano seguinte aumentado para cinquenta e dois mil euros. Com a crise, as Câmaras tinham dito que não possuíam verba para aqueles pagamentos, pelo que, tinham ponderado terminar com a orquestra. Por essa altura, o Estado tinha participado com seiscentos mil euros sendo que os restantes seiscentos mil euros tinham que ser suportados pelas Câmaras cujo montante tinham dividido tendo cabido à Câmara de Tavira uma quota de trinta mil euros que representava uma redução relativamente ao ano de dois mil e nove. Em termos de contrapartida dos trinta mil euros, para além do contributo para a cultura e para uma orquestra regional, realizavam-se cinco concertos cujo custo seria de uns milhares de euros, sem que representassem qualquer custo e possibilitando mais uma oferta cultural. Considerava que a questão tinha ficado equilibrada. _____

---Quanto à restante verba da rubrica dos cem mil euros era distribuída pelas associações culturais, banda, grupos de teatro, ranchos, entre outros. Todavia pretendiam adotar uma outra solução que trouxesse maior oportunidade de *timing*, como a criação de um concurso para a apresentação de ofertas, para a criatividade, alocando, por exemplo, cinquenta mil euros para a apresentação de propostas num determinado momento para posterior seleção. _____

---Em relação às associações desportivas, os apoios mantinham-se como os do ano anterior. Basicamente as que eram apoiadas com verbas eram o ciclismo, o andebol, e futsal e o atletismo. Era evidente que todos os clubes eram apoiados porque mesmo os que não recebiam qualquer verba dispunham do pavilhão, transportes, som ou outros, sendo que o associativismo se ia fazendo num tempo em que tinham passado de um valor de apoio global de cerca de setecentos e cinquenta mil euros no ano de dois mil e nove, para cerca dos trezentos mil euros atuais o que refletia uma fortíssima redução. Presentemente não apoiavam clubes de caçadores podendo apenas colocar uma máquina de desmatção como o que estava a acontecer, que também era do interesse da Câmara porque se fazia assim silvicultura preventiva. Uma máquina como aquela tinha o custo diário de um bidon de gasóleo de duzentos litros e o respetivo operador. _____

---Aqueles eram as novas forma de trabalhar que estavam a implementar que, obviamente, também consumiam o orçamento. _____

---Quanto à promoção da atividade física, os programas “Viva Mais” e “Põe-te a Mexer”, eram realizados com base numa prestação de serviços contratados à Casa do Povo de Santo Estevão cujo procedimento tinha sido efetuado via plataforma eletrónica como qualquer entidade privada, mas tratava-se de uma associação do Concelho que executava um serviço magnífico com a supervisão da Câmara Municipal cujos técnicos verificavam para que tudo funcionasse. _____

---Relativamente às rubricas pontuais, um orçamento era isso mesmo, sendo que tinham tido que as alocar. Se os membros verificassem as intervenções que tinha inumerado, muitas tinham apenas mil

euros imputados para que pudessem iniciar os concursos, estando a trabalhar nos respetivos cadernos de encargos cujos valores seriam ajustados quando fosse efetuada a incorporação do saldo do exercício, no mês de abril seguinte num valor que previam fosse entre sete a oito milhões de euros e cuja verba seria distribuída pelas diversas rúbricas para que não se verificasse qualquer descontrolo. Haveria pois uma rúbrica contabilística, o saldo gerência que seria incorporado nas restantes rúbricas. _

---As intervenções dos Morenos e Várzeas do Vinagre iriam custar cerca de novecentos mil euros, Vale Covo e Cintados cerca de oitocentos mil euros, Santo Estevão, cerca de quatrocentos mil euros, pelo que eram valores daquela ordem de grandeza para além de terem que preparar um caderno de encargos para a recuperação do Pavilhão e outro para a recuperação das Piscinas que se encontravam muito degradados. No Centro Coordenador de Transportes tinha caído uma placa que tinha sido mal executada pois tinha esfervite no seu interior. Acrescentou que diziam que não era executada obra nova, todavia era necessária a recuperação da existente e, se os membros reparassem em frente da Biblioteca, veriam a necessidade que a Igreja de São Sebastião tinha de ser pintada o que pretendiam fazer no verão. Era para aquilo que as pessoas pagavam impostos já com uma grande dilação, pelo que queriam que executassem algumas intervenções. Nunca tinham desmentido que a Câmara possuía alguma verba, portanto esta tinha que ser colocada ao serviço das pessoas. Era aquela a prática do Executivo e pensava ter prestado todos os esclarecimentos necessários. _____

---O Membro Dinis Faísca referiu que não estava ali para defender ninguém mas não se sentia e não gostava do comportamento aborregado de ir atrás sem questionar e também não gostava da falta de coerência argumentativa e ali, até ao momento, parecia-lhe que por um lado a realidade justificava o comportamento do Município no sentido de elaborar um orçamento de rigor, de efetuar cortes, mas por outro lado, aquela mesma realidade não justificava o comportamento a nível nacional do Estado e considerava que havia ali uma certa esquizofrenia ideológica pensando que, provavelmente, o Presidente da Câmara não iria firmar nem escrever a moção que tinha sido lida pela bancada do PS. ____

---Em segundo lugar considerava que o orçamento era previsível porque era idêntico ao orçamento do ano anterior, havendo um corte de vinte por cento correspondente aos imóveis cuja verba, aquela receita, com a venda de imóveis que era seis milhões e novecentos mil euros que representavam os vinte por cento que não estavam espelhados na receita, como tinha dito o Membro Antero Romeira e constava no orçamento, _____

---Depois, relativamente ao orçamento, aquele continha o que alguém há uns anos atrás, naquele mesmo posto, argumentava que tinham muitas obras de encher, que eram as obras que ali constavam “*ad aeternum*”. Constavam no ano em apreço, apareciam no ano seguinte e iam aparecendo nos anos seguintes. _____

---Em relação aos três pilares do orçamento, a coesão social, a dinamização turística e do património e a requalificação e valorização do Concelho, tal como o Membro Antero Romeira já tinha dito e ele sublinhava, existia uma redução de quarenta por cento na coesão social, de vinte e seis por cento na

dinamização turística e do património, e trinta por cento na requalificação e valorização do Concelho, mas, para além da redução que provavelmente se justificava conforme o Presidente da Câmara, muito bem, tinha acabado de explicar, o que a seu ver transparecia, era que na ação social que consistia a grande bandeira daquele Executivo, apenas existissem duas medidas novas, que aplaudia porque concordava com elas, como a atribuição do Kit Escolar a todos os alunos do primeiro ciclo do ensino público, que questionava por não saber até que ponto seria uma medida de coesão social por ser dado a todos e não apenas a alguns, mas concordava, e a cantina social. Eram duas grandes medidas mas faltavam ideias. _____

---O Presidente da Câmara tinha-se referido à habitação social, mas questionava sobre o apoio ao rendimento, o combate ao isolamento, o combate à desertificação que consistiam medidas relacionadas com a coesão social e que naquele orçamento não transparecia nada de novo, a não ser, como tinha dito, aquelas duas medidas que eram inovadoras daquele Executivo mas não eram do corrente ano, vinham desde o primeiro momento, que aplaudia contudo o que questionava era a falta de outras. _____

---Para terminar, indagou no âmbito da dinamização turística e do património, sobre o Pego do Inferno, sobre há quanto tempo, há quantos anos se encontrava como estava e não via nada refletido no orçamento. Perguntava sobre o que era feito do mar e de Tavira como uma cidade virada para o mar, sendo que até parecia mal, ser ele, um filho da serra, se estar a recordar do mar, mas por vezes tinham que ser os de fora a recordarem-se do que os de dentro se esqueciam. _____

---O Membro Artur Sanina referiu que mais uma vez estavam a exercer um direito democrático e de relevância que era a aprovação e discussão do orçamento para o Município de Tavira. _____

---Considerava que o mesmo era analisado num momento difícil da sociedade portuguesa em que o povo vivia uma austeridade sem precedentes onde a democracia era posta em causa, o corte dos salários já se situava com um abatimento de cerca de vinte por cento, onde o Serviço Nacional de Saúde estava a ser posto em causa, a educação tinha deixado de ser uma prioridade aumentando o abandono escolar, os serviços públicos estavam a ser destruídos e os funcionários a viverem de “*caridadezinhas*”, as leis do trabalho a serem destruídas e o trabalho precário era um flagelo clarificado em três exemplos bem presentes, como o era a situação dos funcionários da Segurança Social que no final da semana anterior até lhe tinham dado um exemplo muito prático em que enquanto empregados da Segurança Social a defender os seus postos de trabalho havia uma associação, a Santa Casa da Misericórdia, a fazer formação a determinadas pessoas para os substituírem nos mesmo postos de trabalho da Segurança Social. _____

---Verificava-se ainda que a austeridade e as orientações macroeconómicas do orçamento do Município não podiam prejudicar nem justificar procedimentos e medidas de modo a aumentarem a frustração das pessoas como a pobreza, a incompreensão, as dificuldades que existiam havendo antes que lhes dar esperança, saber ouvi-las e tentar minimizar os seus problemas. _____

---Não pretendiam abordar o orçamento numa variante economicista pois estavam limitados naquela área, mas pretendiam fazê-lo numa vertente mais humana, sendo a voz das pessoas. Tinham tentado, mesmo com a austeridade, perceber o corte na coesão social em cerca de quarenta por cento, na dinamização turística e do património em cerca de vinte e seis por cento e na requalificação e valorização do Concelho em trinta por cento. Tinham tentado encontrar respostas tendo as mesmas sido preocupantes. _____

---Num Concelho onde cento e sete famílias tinham rendas em atraso tendo pedido um plano de prestações, onde existiam quarenta e três pedidos de reajustamento de rendas, onde os atendimentos nos serviços sociais por dificuldade de emprego tinham duplicado, registando um aumento substancial, que podia informar, que a média rondava os cento e noventa e seis entre os meses de janeiro e setembro, tendo-se registado mais de quinhentos atendimentos no mês de outubro do corrente ano, onde se constatava que as empresas que se instalavam na zona de Tavira com a promessa de criação de postos de trabalho, formação e criando expectativas no mercado de trabalho que tinham levado aquela Assembleia a aprovar um documento que louvava aquelas iniciativas, constatavam que a realidade era a de que os trabalhos eram precários onde após uma semana eram dispensados, que as condições de trabalho eram péssimas, que a aquisição do equipamento necessário como botas e capas plásticas era efetuada pelos próprios trabalhadores, assim como, não existiam refeitórios. _____

---Porém nem tudo era negativo, pois tendo o BE levantado a questão da não existência de uma carta social, uma carta educativa e uma de inserção profissional no Concelho, que apenas existia um diagnóstico elaborado no ano de dois mil e quatro, podiam constatar que aqueles elementos estavam a ser ultimados para que no início do ano de dois mil e quinze fossem ali apresentados, o que considerava de louvar. _____

---Assim, de uma forma construtiva pretendiam apresentar algumas recomendações ao Município de Tavira relativas ao orçamento para o ano de dois mil e quinze. _____

---Verificando-se um aumento na receita de IMI cujos valores apontavam para onze por cento, propunham que aquela verba fosse distribuída de modo a reforçar as rúbricas de coesão social. _____

---Quanto à penalização aplicada presentemente de cinquenta por cento em caso de se verificar atraso no pagamento de uma renda deveria deixar de ser considerada. _____

---Constando nos diagnósticos que estavam a ser elaborados pelos serviços da Câmara, o setor da juventude, sobre o qual ainda pouco estudo tinha sido elaborado resumindo-se às associações, à sua falta de dinamismo, sendo que anteriormente recebiam determinadas verbas sem quaisquer critérios, presentemente já lhes eram solicitados os planos de atividade, perguntava como o Município estava a prever incentivar a juventude de modo a que ela permanecesse no Concelho e quais os critérios que seriam seguidos. _____

---Relativamente aos postos de trabalho que estavam a ser criados e que aquela Assembleia tinha aprovado, pretendia saber como é que o Executivo estava a proceder relativamente à sua orientação, não querendo dizer fiscalização, pois a realidade encontrada na empresa cujo assunto tinha ali sido debatido, era que das quarenta pessoas que ali trabalhavam apenas seis pertenciam ao Concelho de Tavira sendo que as restantes resultavam de imigração, provenientes de outras filiais da empresa. Considerava que a própria imigração não estava a ser valorizada, que as pessoas também estavam a ser exploradas. Assim, gostava de saber que benefícios com aqueles postos de trabalho e questões ambientais resultavam para o Concelho. _____

---Tinham procurado respostas e ido ao encontro dos diagnósticos que sabia serem um trabalho que futuramente poderia vir a ser beneficiado através de candidaturas a Fundos Europeus, mas o que realmente o preocupava era que Tavira não podia viver apenas da Dieta Mediterrânica ou dos três meses de verão. Precisava viver todo ano, pelo que, interrogava sobre quais as perspetivas e incentivos que o Executivo propunha para as famílias cada vez mais carenciadas com enormes dificuldades para liquidar as suas rendas. Queria saber o que podia o Concelho esperar daquele Executivo quanto ao isolamento na serra, como tinha verificado e cujas pessoas desejavam ser apoiadas. _____

---O Presidente da Câmara referiu que Tavira não era tão má como a descrição que o Membro Artur Sanina tinha efetuado. Havia dificuldades, havia problemas, muito seguramente que causados pelo movimento da economia, pelo envelhecimento da população, pela desertificação dos campos, pela desqualificação laboral, pela emigração de muitos jovens tavirenses à procura de novas oportunidades, pela sazonalidade do Algarve, por questões da diferença entre o interior e o litoral, pelo que a resolução encontrada era sempre a de questionar a Câmara sobre soluções. Todas aquelas problemáticas tinham que ter uma abrangência nacional, regional e local, sendo que Tavira não era tão mau como tinha sido dito. No verão muitos tinham tido emprego embora fosse necessário aumentar o número de empregabilidades, aliás como o Algarve necessitava, pois era preciso corrigir um erro estratégico de sempre que era o de viver de sol e praia e de turismo. Felizmente que no presente os agentes políticos dos vários partidos estavam sintonizados em encontrar soluções para todo o ano porque o movimento anterior encontrava-se esgotado. A sazonalidade do Algarve, o envelhecimento, a problemática da ausência de filhos, a falta de apoios, o desemprego eram problemas que já existiam há alguns anos tratando-se de um problema estrutural do Algarve cuja economia tinha subsistido muito à base do turismo e por demasiado tempo. _____

---Presentemente tinham começado a combinar um conjunto de matrizes sendo fundamental a diversificação da base económica. Aquele era um desafio para os dez anos seguintes por forma a tornar a região mais rica porque presentemente apenas o era estatisticamente para penalização dos algarvios sendo que a quota de fundos regionais era baixíssima por estatisticamente ser uma região rica ao contrário da Andaluzia que tinha oito milhões de habitantes considerados pobres. _____

---Todos tinham que contribuir e todos tinham responsabilidades porque viam aquela economia há demasiado tempo. Era evidente que não seria apenas a Dieta Mediterrânica que iria valorizar, que iria resolver. O Município de Tavira não vivia da Dieta Mediterrânica, todavia era o décimo primeiro item do desenvolvimento do plano de turismo, que tinha sido acrescentado por se entender que a promoção dos recursos endógenos poderia ser importante para a economia. Não tinham criado nada pois já existia tudo, já tinham as amêndoas, o azeite, o vinho, as paisagens e até bons restaurantes, todavia tinham criado na cadeia de valor uma marca que atraía pessoas mais frequentemente a Tavira e ao Algarve nem que fosse apenas para comer, o que aumentava o movimento no setor turístico inclusivamente na época baixa, razão porque a tinham que ver como um potencial turístico não apenas para Tavira mas para o Algarve. _____

---A marca da Dieta Mediterrânica na economia regional não se fazia num orçamento mas em décadas e com trabalho e, felizmente, que ouvia alguns discursos de pessoas com responsabilidades no Algarve referindo que era necessário terminar com o movimento de se viver apenas no verão e grande parte, seis meses passando os restantes a receber fundo desemprego. Tal não podia continuar a acontecer, pelo que esperava que houvesse uma mudança progressiva porque, felizmente os algarvios começavam a tomar consciência que o atual modelo da economia não era viável. _____

---Se lhe era permitido, pretendia corrigir o Membro Artur Sanina referindo que existia uma carta educativa que estava em revisão do mesmo modo que tinham um plano de desenvolvimento social com várias medidas que também se encontrava em revisão. Uma coisa era não possuírem, outra diferente era estarem em revisão por necessitarem de uma atualização, o que estava a acontecer, pois sem aqueles dois normativos estratégicos não podiam candidatar-se. _____

---O Presidente da Câmara continuou dizendo que uma boa notícia era que estavam a rever o regulamento da habitação social sendo que a penalização dos cinquenta por cento no pagamento de rendas em atraso iria desaparecer passando a existir uma penalização incomensuravelmente inferior cuja alteração apenas se podia verificar por via de uma alteração ao regulamento que esperava estivesse terminado o mais rapidamente possível para ser submetido a consulta pública. _____

---Quanto à questão da juventude tratava-se de uma questão complexa que se inseria obviamente nas dinâmicas dos trabalhos que tinham que realizar como o empreendedorismo, a criação da própria solução de trabalho, aproveitando um conjunto de oportunidades que, felizmente, estavam a acontecer na agricultura sendo que o setor agrícola estava a gerar postos de trabalho para os jovens o que considerava muito interessante. _____

---Por fim, referindo-se à empresa de framboesas considerava ser um caso de polícia. No ano transato todos os Presidentes de Junta tinham realizado mini-sessões de captação de funcionários para trabalharem nas estufas de modo a gerar postos de trabalho para os tavirenses o que, provavelmente iria acontecer no corrente ano, pelo que, se os trabalhadores estavam em condições sub-humanas considerava que seria um caso de polícia sendo necessária a intervenção da autoridade de trabalho.

Todavia, tinha lido nos jornais que entre todas as empresas de estufas necessitavam de preencher dois mil postos de trabalho para a apanha de frutos vermelhos, pelo que os problemas resultavam do facto da Autoridade para as Condições de Trabalho ou o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras não estarem a facilitar na passagem de vistos para três meses de trabalho, o que confirmariam, e que poderia gerar um conjunto acrescido ou um aumento de postos de trabalho ou existiria ali uma questão que representava um problema para as empresas que estavam a investir milhões de euros na captação de frutos vermelhos. Era pois um problema que a comunidade se inteiraria mas que iria gerar postos de trabalhos. _____

---Relativamente ao restante, concordava com o que o Membro tinha dito e considerava que tinham que refletir e trabalhar todos no sentido da construção do Concelho. _____

---Referindo-se à intervenção do Membro Dinis Faísca pela bancada do PSD, não era dos que diziam que por o Ministério da Educação nacional ter sofrido um corte orçamental de setecentos milhões de euros, o que era um facto, tinha deixado de apostar na educação. O que interessava eram as respostas que o orçamento permitiria em função da realidade das pessoas, sendo isso que tinha que ser avaliado. Se os despedimentos dos funcionários eram criticáveis, colocá-los em situação de reforma substituindo-os por pessoas em POC – Programa Ocupacional, que presentemente tinha o nome de Seis ou Seis+, de modo a serem menos onerosos, era criticável. Todos sabiam que a Administração Pública estava a ser pulverizada por pessoas em situação de desemprego retirando-os assim das listas estatísticas e possibilitando uma mão-de-obra muito mais barata, sendo que os funcionários iam sendo colocados em mobilidade especial ou requalificação como o que e estava a verificar na Segurança Social, que afetava todos, começando pelas carreiras mais baixas dos assistentes operacionais. _____

---A questão do orçamento, como tinha dito, tratava-se de uma previsão sendo que o que pretendiam era ser avaliados por medidas concretas, nível de satisfação ou se tinham respondido ou não às pessoas. Obviamente que o orçamento era um indicador da verba que tinham, mas faziam revisões para que em função das novas problemáticas pudessem adaptar rúbricas e completar verbas. Considerava que tal era muito relevante porque o clima para a elaboração de um documento como aquele era muito incerto. Inclusivamente, no ano transato, o Governo tinha efetuado várias revisões e adicionais porque era incerto, sendo que a única coisa que era certíssima era a conta de gerência. _____

---Queria ainda referir dois pontos que lhe pareciam importantes. Tinha sido afirmado que era um orçamento sem novidade porque continha as mesmas medidas, mas pelo menos eram coerentes, porque haveria um dia em que tinham que ser realizadas o que espera acontecesse no ano em apreço, sendo por isso que tinham um plano e se comprometiam naquela linha. Já todos sabiam de onde provinham as verbas para a execução de intervenções que consideravam absolutamente prioritárias de modo a dar o mínimo de conforto às pessoas. Já não falava das intervenções da Sociedade Polis, já não falava da requalificação de Santa Luzia a Pedras D’el Rei que não era intervenção da Câmara mas

da Polis, cujo processo se encontrava para visto do Tribunal de Contas. Já não falava da intervenção das Quatro Águas que tinha sido consignada há alguns dias, falava apenas das intervenções da responsabilidade da Câmara que esperava que fossem realizadas mas, obviamente, até essa altura estariam sempre no limbo de que o discurso não trazia novidades o que também tinha referido muitas vezes, todavia não se verificando evolução as coisas estariam daquela forma. _____

---O Presidente da Câmara continuou afirmando que havia algo em que estavam a evoluir que se referia ao que o Membro Dinis Faísca tinha mencionado e que considerava que o discurso estaria para mudar no que se referia a Tavira virada para o mar. Havia dois aspetos que estavam a mudar, sendo que a frente ribeirinha ai mudar um pouco e as Quatro Águas também. Esperava que conseguissem ter o Porto de Pesca, o que veriam, porque era resultante de uma negociação com o Governo, pelo que esperava que os cais fossem mudados, que a Sociedade Polis procedesse à limpeza dos canais cuja intervenção era absolutamente necessária para todos os que trabalhavam naquela área e, esperava que fosse feito investimento privado para a execução de outras infraestruturas náuticas que Tavira necessitava, pois não podiam esperar que também fosse a Câmara a fazê-lo. O que a Câmara tinha que fazer era criar condições, dando um conjunto de incentivos, reabilitando e indicando o caminho do que tinha passado a ser a prioridade. Pensava que muito havia a fazer mas tinha esperança que algo pudesse mudar sendo, no entanto, aquele um caminho duro. _____

---Quanto ao Pego do Inferno estavam a aguardar a entrada do novo quadro comunitário de apoio pois iria haver uma medida destinada a ações de regeneração ou reabilitação cultural e ambiental, pelo que entendiam que podiam ter oportunidade de candidatar a reabilitação do Pego do Inferno cujo custo se situaria entre setecentos e cinquenta mil e um milhão de euros. Presentemente o gabinete de projetos tinha indicações para lhe apresentar uma proposta de reabilitação para o local, sendo certo que para que aquela reabilitação acontecesse teriam que, ou arranjar um acesso que não passasse por tantos terrenos privados, como era o caso, ou teriam que adquirir ou expropriar um ou dois terrenos para que pudessem ter acesso à propriedade pois, como os membros sabiam, o acesso à propriedade era efetuado por terrenos privados. Era pois uma questão que os preocupava, de enorme responsabilidade, mas queria verificar se tinham apoio comunitário. _____

---O Membro Dinis Faísca referiu que era analfabeto naquela matéria mas questionava se para uma candidatura não era necessário, pelo menos, estar contemplada uma verba afeta ao projeto sob pena de não ser possível candidatar. _____

---O Presidente da Câmara explicou que não era necessário. Porque era uma intenção de candidatura que podia ser aprovada ou não, quando o regulamento de candidatura abrisse a verificar-se essa mesma necessidade, a inscrição de uma verba nova, teriam que proceder a uma revisão ao orçamento para a introdução de novas rúbricas. No momento, porque o orçamento não comportava mais, não podiam estar a colocar rúbricas sem necessidade. Quando a oportunidade fosse criada fariam o respetivo acerto. _____

---O Membro Artur Sanina disse que apenas queria completar o diálogo anterior. Não tinha pretendido criar um cenário negro sobre Tavira até porque não o podia fazer e gostava da cidade que o tinha acarinhado bastante bem. Era uma pessoa que se gostava de relacionar tendo inclusivamente pertencido a todas as coletividades da cidade, portanto o que estava a tentar fazer era contribuir com os levantamentos que fazia ou tentava fazer. Se verificava que as famílias, cerca de cem, tinham rendas em atraso tinha que manifestar a preocupação que considerava ser extensiva a toda a comunidade. Se verificava que a juventude não tinha alternativa após a conclusão dos estudos, tinha que o manifestar, mas também sabia valorizar o facto de a Câmara efetuar diariamente cinquenta e cinco circuitos que representavam oitocentos quilómetros para o transporte escolar que abrangida toda a comunidade escolar, não tendo qualquer problema em manifestá-lo publicamente. _____

---Considerava que o que estava bem deveria ser dito, mas com base no levantamento que tinha efetuado pretendia alertar a comunidade e o Município para as situações negativas no sentido de poderem ser corrigidas, tornando Tavira mais atraente de modo a que mais pessoas a visitassem para além dos meses de verão passando a ter uma atividade durante todo o ano. _____

---Supunha que independentemente dos números que estariam em causa, ouvir as pessoas, inteirarem-se das suas necessidades, as propostas que tinham, seria uma preocupação de todas as bancadas ali representadas. _____

---Tinham sido feitos quatrocentos inquéritos à juventude e independentemente de outros inquéritos que todos pudessem fazer, no momento estava a ser realizado um inquérito por parte do BE cujos resultados tentava ali transmitir. Portanto, o que pretendia era valorizar ainda mais a cidade, independentemente de tudo o que já se tinha conseguido e aquilo que poderiam vir a conseguir. _____

---O Membro João Carvalho disse que já todos ali tinham falado e que muitas das questões já tinham sido respondidas, mas gostava de dividir aquele orçamento em duas questões ambas com o CDS centrado no meio porque por incrível que pudesse parecer considerava que o Presidente da Câmara tinha no CDS Tavira e principalmente no Governo algo que o guiava. _____

---Iniciando pela questão da ação social, contrariamente aos membros das outras bancadas, não estava muito preocupado porque sabia que o Presidente da Câmara se tinha encostado literalmente ao atual Ministro porque sabia que quando dele necessitava, estava lá, e referia-se particularmente às questões das transferências para as instituições e tudo o que fosse necessário, como até em privado já o tivesse confessado, pelo que percebia perfeitamente aquela redução. _____

---Voltando ao ano transato, gostava de afirmar que tinha tido razão e pensava ter sido o único, o que lamentava ter que dizer, mas tinha sido o único naquela sala que tinha votado contra por considerar que a Câmara tinha margem para baixar o IMI de tal modo que tinha havido um aumento de receita que relativamente à expectativa tinha sido amplamente superada, pelo que, gostava de recordar que existiam famílias em Tavira que tinham penhoras pela falta de pagamento do IMI e não se tratava de uma ou duas, sendo que se pretendia mostrar obra à conta daquela situação, pelo que aconselhava o

Presidente da Câmara, quando da inauguração de uma obra, convidar essas pessoas pois o dinheiro saia-lhes realmente do bolso. _____

---Se não estava enganado, mais de setenta por cento dos municípios portugueses tinham baixado o IMI. Até podia estar enganado relativamente aos números que tinham sido publicados no jornal, podiam ser cinquenta por cento dos municípios, mas o facto era que tinham baixado porque as famílias necessitavam. Assim, se o Presidente da Câmara considerava que não precisavam, estava a elogiar o Governo, sendo que reconhecia que as coisas estavam a correr bem. Considerava que mais uma vez, mais um ano, se perdia a hipótese de terem uma atitude solidária para com os que estavam a sofrer, nomeadamente, quanto à situação das penhoras que todos sabiam o que significava. _____

---Desde o início que tinha vindo a acompanhar as intervenções mencionadas, considerando que a requalificação era o caminho, pelo que nada tinha a acrescentar. _____

---Pensava que já quase tudo tinha sido falado, pelo que apenas reafirmava que no ano transato estava certo quando o Presidente da Câmara e, praticamente toda a bancada do PS até de forma exaltada, desconhecendo se pelo seu estilo ou o porquê, mas tinha razão quando tinha referido que as verbas não eram para estar depositadas no banco mas para serem gastas cujo orçamento em apreço lhe dava razão. _____

---Para terminar, disse que o seu voto no corrente ano seria igual ao do ano transato mas que tal como já o tinha dito na anterior votação, se o Executivo necessitasse do seu voto para aprovar o orçamento, votaria a favor, todavia não sendo aquele o caso, manter-se-ia fiel aos seus princípios por não estar de acordo quanto à questão do IMI. _____

---O Presidente da Câmara agradeceu a intervenção do Membro João Carvalho referindo que, de facto, no ano anterior não tinha corrido muito bem. _____

---Relativamente à questão das matrizes da questão social desconhecia qual seria o aumento. Dizia-se que haveria um aumento mas desconheciam, pelo que, não sabiam quais as medidas adequadas, que até ali tinham sido propostas, no caso de surgir algum problema nas famílias. _____

---Quanto ao IMI havia uma questão que o Membro João Carvalho podia propor pois havia a possibilidade de três em três anos ser solicitada a desvalorização das casas o que não tinha sido alertado pelas Finanças. O pedido não envolvia qualquer custo sendo que, por vezes, não era efetuado apenas por desconhecimento, pelo que, o Membro João Carvalho que trabalhava no setor imobiliário, podia alertar as pessoas. _____

---Como já tinha referido ainda desconheciam as medidas até porque o Orçamento de Estado apenas seria aprovado no dia seguinte. Tinha lido apenas parte das medidas relacionadas com as Câmara antes de baixarem à especialidade. Desconhecia o que estava em especialidade cuja votação global ocorreria no dia seguinte. Sabiam-se algumas questões pelos jornais, pelos Deputados das Comissões e pouco mais. Tinham conhecimento que geralmente no último dia, ou seja, naquele mesmo dia, havia sempre uma ronda de negociações suplementares para a introdução de algumas questões, algumas

cedências, mas veriam o que aconteceria no dia seguinte estando sempre atentos às questões pontuais das pessoas ou diretamente pela Câmara Municipal, ou através das Juntas de Freguesia, ou da rede de solidariedade social através do que muitas instituições tentavam auxiliar as pessoas. _____

---Obviamente que esperavam que certas situações não se verificassem mas estariam atentos. _____

---Tinha ficado contente e agradado em saber se fosse necessário teriam o voto do Membro João Carvalho. _____

---A economia tinha crescido, tanto a regional como a de Tavira embora o crescimento regional tivesse sido superior. Tinham tido mais pessoas, algumas receitas, mas podia informar que não tinha havido qualquer loteamento sendo que as verbas do urbanismo estavam a cair a pique, não por a Câmara não ser motivadora, mas porque a banca estava a fazer empréstimos a preços proibitivos e os empresários não estavam a investir naquela que era uma matriz habitual. Assim, o que tinham tido que fazer tinha sido subsistir as verbas do urbanismo transitando verbas de uma parte para outra. _____

---Presentemente a Câmara de Tavira estava a tentar trilhar um caminho, até às eleições do ano de dois mil e dezassete, de modo a se tornar mais apetecível do que aquela que tinha encontrado quando tinha assumido funções. Por isso, era importante que tivesse aquela solvabilidade nas contas, que a perspetiva a médio e longo prazo fosse mais interessante, que constituíssem uma Câmara equilibrada que tivesse mais candidatos a concorrer por ser apetecível deixando de se constituir um tão elevado desafio quanto ao pagamento das contas sem que se soubesse onde estavam as verbas. _____

---Para terminar, referiu que aquele era um facto importante, bom para todos, para a democracia e para o respeito que as pessoas tinham pelos políticos. Naquela sessão tinha sido anunciada a criação de mais um movimento pois, seguramente, que aquela atividade também era muito apetecível, contudo era importante que executassem o trabalho que estavam a executar para que no ano seguinte, como esperava, pudessem corresponder aos anseios, no caso, do Membro João Carvalho. _____

---O Membro José Graça disse que apenas para avivar a memória, pois possivelmente não se tinha explicado bem na sua primeira intervenção quando da apresentação da moção sobre o Orçamento de Estado, mas também reafirmar ali os propósitos da sua bancada e os que entendia que deveriam ser os propósitos daquela Assembleia que devia defender e prevalecer a sua atividade. _____

---A posição que tinha acabado de defender aprovada por maioria naquela Assembleia e que o PSD tinha votado contra, não era uma posição da Associação Nacional de Autarcas Socialistas, não era uma posição de nenhuma associação partidária, mas uma posição da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses e lia o primeiro parágrafo da notícia que tinha sido pública, naquele mesmo dia, pelas dezoito horas e trinta minutos, para que ficasse em ata: *“O Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios decidiu esta segunda-feira por unanimidade...”* e repetia, *“...por unanimidade, antecipar o Congresso que estava previsto para o final de dois mil e quinze para o primeiro trimestre de dois mil e quinze...”*. Em segundo lugar, reafirmava o que constava nos vários pontos da moção e também o quarto ponto com a defesa intransigente *“...da descentralização administrativa e a*

valorização do papel desempenhado pela AMAL...". A AMAL era a Comunidade Intermunicipal do Algarve onde estavam representados os dezasseis Municípios do Algarve, maioritariamente do PS, graças à vitória eleitoral do ano anterior, mas também composta pelo PSD, CDU, BE, outros partidos e outros movimentos através da sua Assembleia Intermunicipal que, na sua opinião, enquanto existisse, era ainda o grande fórum da defesa dos interesses da região. Pretendia pois efetuar aquele ponto de ordem relativamente à intervenção do Porta-Voz do PSD para que tivesse ciente que a moção que tinha ali sido aprovada por maioria resultava de uma opção por unanimidade da Associação Nacional de Municípios Portugueses. _____

---Quanto ao orçamento municipal gostava apenas de tecer duas considerações que já ali tinham sido atalhadas por várias razões mas pretendia sublinhar o facto do Executivo Municipal apresentar àquela Assembleia um orçamento que representava a realidade financeira do Município em termos perspetivos para o ano seguinte. Não deixava nada escondido, nem a possibilidade de no mês de abril seguinte terem que aprovar uma revisão ao orçamento para, possivelmente, incorporarem mais sete milhões de euros resultantes do saldo da conta de gerência por forma a realocá-los nas várias rubricas que constavam no orçamento. _____

---Ao referir que se tratava de um orçamento para a realidade, pretendia sublinhar uma informação já prestada pelo Presidente da Câmara mas também ali abordada várias vezes. Quando o PS tinha ganho a Câmara Municipal de Tavira, nos últimos meses daquele ano tinham tido que trabalhar com um orçamento de cinquenta e seis milhões de euros. As receitas da Câmara Municipal, naquele ano, tinham sido de trinta e quatro milhões de euros sendo que o Município tinha tido que contrair, em junho daquele ano, um empréstimo de cinco milhões de euros que o Executivo atual tinha começado a liquidar no ano seguinte. Aquela constituía-se como a razão de o orçamento em apreço ser de vinte e seis milhões de euros que representavam menos trinta milhões de euros, pelo que não podiam constar todas as intervenções e projetos que desejariam colocar. Todavia, o certo era que o que constava no orçamento era para ser cumprido avaliando os eleitores, no ano de dois mil e dezassete, se aquelas intenções e forma de trabalhar tinham sido ou não a mais correta e adequada à realidade e expetativas que tinham. _____

---Por outro lado, não se recordava quando tinha sido a última vez que algum partido tinha votado contra o orçamento apresentado em termos da Câmara Municipal, não tinha consultado a documentação mas, de facto, não se recordava, porém aquele orçamento tinha sido aprovado por maioria em Reunião de Câmara com os votos contra dos Vereadores do MT - Movimento Por Tavira, que questionava a existência após a cisão verificada naquela Assembleia sendo, por isso, talvez melhor referir que tinham sido os três Vereadores do PSD. Todavia, continuava-se a agitar a bandeira do MT que parecia já não existir. Tinha aparecido também uma declaração de voto apresentada por os Vereadores que tecia um conjunto de considerandos em que colocavam em causa a capacidade de execução do Município quanto às intervenções que tinham que estar concluídas até ao mês de junho

do ano de dois mil e quinze, levantando, inclusivamente, a hipótese das mesmas apenas virem a ser concluídas em ano de eleições, como eram os casos da requalificação da Rua João Vaz Corte Real ou da baixa taviense que já estavam a iniciar. _____

---O Membro José Graça continuou referindo que o Presidente da Câmara tinha informado na Assembleia Municipal anterior que, se não estava enganado, o prazo de execução das empreitadas era de entre cinco e seis meses, pelo que não via como poderiam as mesmas demorar até ao ano de dois mil e dezassete, todavia parecia que havia quem o conseguisse ver. _____

---Por outro lado, tinha-se ali abordado a falta de criatividade ou reengenharia financeira, sendo que era precisamente o que tanto criticavam noutros locais e, na declaração de voto, o que era criticado era a falta de criatividade. Felizmente que já tinha visto ali ser defendida por parte do Porta-Voz do PSD uma posição totalmente diferente daquela declaração de voto, sendo que tinha ali elogiado e congratulado a realidade apresentada nos números por parte da Câmara Municipal, o que, felizmente que era o caso não se verificando qualquer esquizofrenia ideológica. _____

---Relativamente às questões que as outras bancadas tinham levantado, nomeadamente as bancadas da CDU, BE e CDS, para além de elogiar o Presidente da Assembleia Municipal pela forma como geria os trabalhos permitindo que os tempos fossem geridos e utilizados de uma forma bastante ampliada relativamente ao previsto em Regimento, gostava de sublinhar o que tinha sido dito pelo Presidente da Câmara. Perante o contexto atual de incerteza que reinava em termos nacionais e mesmo em termos mundiais, o caminho que estava a ser trilhado para o Município exigia um muito grande esforço de concertação e era um caminho que tinham que fazer juntos caso pretendessem que o Concelho de Tavira fosse reconhecido no País como uma terra merecedora de algumas das distinções que naquele mesmo dia, ali tinham feito eco. _____

---Ao longo dos últimos anos, talvez vinte, Tavira tinha-se mostrado como um dos Municípios do Algarve que tinha procurado estar na vanguarda em termos de administração municipal, umas vezes bem, outras mal, uma medidas com maior sustentabilidade, outras com menor, mas tinham procurado, em conjunto, construir aquele futuro que a todos pertencia e às gerações futuras. Era pois aquele apelo que pretendia deixar naquela Assembleia Municipal em que iam aprovar o orçamento e as linhas de ação do Município para o ano seguinte. Era necessário que soubessem sempre sobrepor aquele princípio, trabalhando para o bem do Concelho. De facto, aquele orçamento não era o que definiriam como o ideal, com todos os investimentos e boas medidas, com os programas e projetos que desejariam, mas era o orçamento possível no contexto atual. _____

---Queria alertar que, talvez com a exceção do representante do BE, continuavam muito focados na questão das empreitadas e grandes investimentos públicos, porém, cada vez mais o papel das autarquias iria ser junto das pessoas com projetos de intervenção social, de apoio à criação de emprego e de desenvolvimento sustentado da comunidade. Era pois aquele o caminho que tinham que trilhar. _____

---As grandes intervenções, os grandes investimentos acarretavam no futuro um conjunto de despesas de manutenção muito elevadas, sendo disso exemplo o referido anteriormente pelo Presidente da Câmara quanto às Piscinas e Pavilhão Municipal que não se recordava de ter tido alguma intervenção de fundo desde o ano de mil, novecentos e noventa e um, quando da sua inauguração, o que também se verificava quanto às Piscinas Municipais. O valor para aquelas intervenções de conservação era cada vez mais elevado, pelo que se tornava necessário acautelar também que as intervenções careciam, a curto, médio prazo de serem conservadas. Como exemplo, referia a Ponte Nova, o viaduto da EN 125, que tinha sido inaugurado no ano de mil, novecentos e sessenta e seis, tendo sido alvo de uma profunda intervenção no ano de dois mil e quatro mas que a curto prazo iria necessitar de ser novamente intervencionada. Questionava se os membros conseguiam imaginar o investimento que teriam que realizar quando tivessem que reparar a Ponte de Santiago ou dos Descobrimentos sendo por isso que os investimentos em termos de infraestruturas tinham que ser muito bem ponderados. _____

---Para terminar, apelava à intervenção dos Membros daquela Assembleia para que pudessem sempre encontrar um caminho comum para garantir o desenvolvimento sustentado do Concelho de Tavira. _____

---O Membro João Carvalho interpelando o Membro José Graça referiu que não tinha percebido o porquê de ter referido que as bancadas pretendiam que se fizessem intervenções. Tinha acabado de mencionar que apoiava tudo o que eram requalificações, sendo que o Membro até lhe tinha parecido o Ministro do Governo a abordar a questão do TGV - Train à Grande Vitesse, com o que se congratulava, mas nunca tinha apoiado qualquer tipo de grande investimento em Tavira nem a contração de qualquer dívida para o futuro. _____

---O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais intervenções colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria de dezasseis votos a favor, dez votos contra e uma abstenção. ____

---Passando ao ponto número três da ordem de trabalho sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 176/2014/CM, referente à Determinação das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis e da participação de IRS, referiu que a mesma se relacionava com taxas e que, na prática, o assunto também já tinha sido ali escalpelizado no ponto anterior. _____

---O Membro Antero Romeira disse que relativamente ao IMI apenas pretendia referir que se congratulava com uma ideia expressa nos documentos internos disponibilizados dos Vereadores do PSD e que considerava que o Membro João Carvalho se tinha esquecido que também ele próprio, há um ano atrás, tinha ali efetuado uma exposição sobre o assunto não tendo, por isso, o Membro João Carvalho sido o único, pelo que, agradecia que lesse a ata respetiva pois tinha apresentado uma proposta para a descida do IMI para zero, vírgula trinta e cinco até demonstrando qual seria o impacto na economia local. _____

---O Membro Dinis Faísca referiu que naquela matéria estavam inteiramente de acordo com a proposta do Vereador José Manuel Guerreiro feita em dez de setembro do ano de dois mil e oito, que tinha proposto que a taxa de IMI fosse de zero vírgula seis e, para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI-Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, fosse de zero vírgula quatro. _____

---O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria de quinze votos a favor, onze votos contra e uma abstenção. _____

---Passou ao ponto número quatro sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 177/2014/CM, referente à TMDP – Taxa municipal de direitos de passagem. _____

---O Presidente da Câmara informou que propunham que a taxa municipal de direitos de passagem fosse de zero vírgula vinte cinco cujo valor correspondia à taxa existente desde que tinha sido criada. _____

---O Presidente da Assembleia reforçou que o que se pretendia era que a taxa se mantivesse. _____

---Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria de vinte e cinco votos a favor e duas abstenções. _____

---Para cumprimento da ordem de trabalhos passou ao ponto número cinco sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 185/2014/CM, referente à Transferência das rendas de habitação social para as Freguesias de Conceição e Cabanas, e Santa Luzia, relativas a setembro de 2013. _____

---O Presidente da Câmara esclareceu que aquela questão tinha resultado de uma reunião realizada com o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia onde tinham constatado que no âmbito da transposição dos protocolos faltava liquidar aquele valor cujo pagamento tinha reivindicado sendo que, de facto, faltava liquidar uma prestação. _____

---Por altura de setembro do ano dois mil e treze, a Junta de Freguesia da Conceição e Cabanas encontrava-se precisamente na mesma situação, não havendo protocolo mas o recebimento das rendas que tinham sido recebidas pela Câmara e cujo valor estavam a liquidar. _____

---Verificando não existirem intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

---O ponto número seis da ordem de trabalhos referia-se à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 191/2014/CM, referente ao Seguro de acidentes pessoais para os membros dos órgãos autárquicos – fixação de valor. _____

---O Presidente da Câmara explicou que o Município de Tavira estava a preparar um novo contrato de seguros visto o presente terminar no ano seguinte, sendo que na negociação teriam que prever um valor correspondente ao seguro dos eleitos autárquicos no exercício das respetivas funções. Os valores que ali apresentavam eram para integrar no caderno de encargos e tratavam-se de valores recomendados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses. _____

---O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

---O ponto número sete referia-se à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 192/2014/CM, referente à Inserção no domínio público de parcela de terreno, sita no Serro das Pedras, União de Freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira – (PA 777-Div/13)._____

---O Presidente da Câmara referiu que há uns anos atrás a Câmara Municipal tinha ocupado um terreno para uma estrada tendo presentemente recebido uma comunicação dos proprietários alertando para a falta do pagamento do mesmo que estava a ser ocupado para utilização do Município. Basicamente, tratava-se da inserção daquela parcela no domínio público que iriam escriturar e cujo valor após avaliação era baixíssimo, cerca de duzentos euros. Tratava-se da correção de um facto existente cujo terreno tinha sido ocupado sem escritura que tinha um custo superior ao valor do mesmo. _____

---Verificando não existirem intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

---Passou ao ponto número oito sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 193/2014/CM, referente à Assunção de compromissos plurianuais – final de 2014. _____

---O Presidente da Câmara referiu que se tratava de uma situação contabilística. Tinham um conjunto de procedimentos a decorrer, pelo que pediam à Assembleia que autorizasse que os compromissos assumidos no ano de dois mil e catorze transitassem para o orçamento de dois mil e quinze. Para a realização daquele movimento as verbas tinham que estar comprometidas sendo que apenas o podiam efetuar com a aprovação da Assembleia Municipal. _____

---Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria de dezoito votos a favor e nove abstenções. _____

---O ponto número nove referia-se à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 194/2014/CM, referente à Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais. _____

---O Presidente da Câmara explicou que a Lei previa que com a assunção de compromissos plurianuais sobre competência e autorização genérica da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal podia assumir até ao valor de noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros de compromissos plurianuais para, de alguma forma, poderem agilizar os procedimentos municipais, sendo certo que todos os procedimentos que fossem efetuados no âmbito daquela aprovação seriam integrados em ordem de trabalho daquela Assembleia para o respetivo conhecimento. _____

---Assim, o que propunham era a autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais por parte da Câmara até ao valor limite previsto por Lei. _____

---Verificando não existirem intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria com dezassete votos a favor e dez abstenções. _____

---O ponto número dez da ordem de trabalhos referia-se à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 195/2014/CM, referente à Avaliação do ativo imobilizado do Município de Tavira. _____

---O Presidente da Câmara disse que o Município tinha um património cujo valor patrimonial se situava ente os duzentos e quarenta e duzentos e cinquenta milhões de euros. Aquele valor correspondia a todos os ativos que o Município possuía e sobre o que era efetuado um conjunto de contas relacionadas com um conjunto de rácios. Regulamente havia uma comissão na Câmara que procedia a avaliação do património, nomeadamente, novas incorporações e reavaliações. Em anexo à proposta encontrava-se a ata da comissão de avaliação do património que tinha sido homologada ou aprovada tendo que ser submetida à apreciação da Assembleia Municipal. Na prática, correspondia à integração no património do Município de Tavira. _____

---O Membro Antero Romeira referiu que assim sendo a avaliação do ativo imobilizado do Município de Tavira já se encontrava concluída. Questionou se o mesmo se verificava quanto aos bens do domínio publico. _____

---O Presidente da Câmara respondeu que estava a ser elaborado dependendo se houvesse mais alguma aquisição. _____

---Colocada a votação pelo Presidente da Assembleia, a proposta foi aprovada por unanimidade. _____

---Passou ao ponto número onze sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 196/2014/CM, referente à Alteração da composição do júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Assuntos Sociais – (351-Div/13). _____

---O Presidente da Câmara explicou que se tratava da alteração do júri dado terem havido algumas alterações das entidades a quem tinha solicitado. Propunham que a Presidente do Júri fosse a Vice-Presidente, Ana Paula Martins, sendo os restantes elementos do júri do concurso para Chefe de Divisão da Ação Social, Ana Cristina Palindra e em representação da Universidade do Algarve, Aurizia Anica. _____

---O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

---Para terminar a ordem de trabalhos passou ao ponto número doze sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 197/2014/CM, referente ao Plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas – 1ª. Revisão. _____

---O Presidente da Câmara referiu que há cerca de três anos tinha sido criada aquela medida para aplicar nos Municípios dado se falar bastante em corrupção, tendo sido aprovada uma Lei que obrigava à elaboração de um plano de gestão de risco de corrupção e infrações conexas. _____

---O documento que estava em vigor, obviamente que era um documento muito menos vasto, muito menos abrangente do que o que apresentavam porque era o resultado de uma primeira experiência de um plano com aquela matriz onde tinha sido descrito um conjunto de procedimentos e normas de

resolução. Presentemente, o que pretendiam era clarificar, sistematizar uma organização diferente, combatendo os riscos e adotando procedimento que a Câmara deveria seguir. _____

---Naquela revisão tinham tido que elaborar um documento bem feito porque a clareza era para eles um ponto fundamental, com critérios que pretendiam os mais claros possíveis dentro de uma certa autonomia e discricionariedade existente na Administração Pública de acordo com os planos que tinham sido sufragados, mas obviamente que era um documento cujas divisões e responsáveis técnicos da Câmara tinham trabalhado setor a setor identificando os riscos e medidas a tomar relativamente a todas as áreas da Câmara e que considerava muito bem elaborado. Após a validação, a Câmara faria prosseguir aquele documento submetendo-o à votação da Assembleia Municipal. _____

---Era um caminho difícil mas que tinha que ser trilhado e aquele documento também implicava a alteração de muitos dos procedimentos internos na linha de decisão da própria Câmara. Não era um documento que se elaborava instantaneamente sendo um plano para adotarem um conjunto substancial de medidas para que os serviços alterassem alguns procedimento que tinham, nomeadamente na informação de propostas, no trabalho de sistematização das propostas dos planos de atividade, dos orçamentos, nos critérios ainda mais aprofundados do que os existentes para que a decisão municipal fosse consultável com clareza e contivesse os pressupostos que, obviamente, estavam definidos. _____

---Aquele documento, podia dizer que era um documento matriz para trabalhar nos tempos seguintes, pelo que também seria depositado e, suponha, enviado a um conjunto de entidades como o Tribunal de Contas, a Inspeção de Finanças, o Governo, a DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais no sentido de haver uma monitorização do plano da Câmara, comprometendo-se, na prática, com uma gestão mais clara e eficiente. _____

---O Presidente da Assembleia referiu que queria fazer uma nota sobre o constante na ordem de trabalhos que referia primeira versão, todavia o que se tratava era da primeira revisão do plano que tinha sido explicado pelo Presidente da Câmara. _____

---Colocada a proposta a votação foi aprovada por unanimidade. _____

---O Membro Artur Sanina solicitou a palavra para agradecer ao Município as duas respostas aos requerimentos que tinha remetido à Assembleia Municipal e que como mera informação à Assembleia, se referiam a duas questões que passava a explicar. _____

---O BE estava preocupado com os circuitos do Sobe e Desce que apenas os fazia na área urbana, cidadina, pelo que tinham solicitado que o Município lhes facultasse o acordo estabelecido com a EVA Transportes, SA no sentido de aprofundarem o estudo económico para os estenderem à Conceição e Santa Luzia. _____

---Tendo recebido a resposta queria agradecer lhe terem facultado o contrato que tinha sido celebrado entre o Município e a Eva e que lhes ia permitir a elaboração do estudo que pretendiam. _____

---O outro requerimento relacionava-se com o pagamento de caução sobre os contratos não-domésticos de água, assunto já ali apresentado, tendo ficado a sugestão de que a TaviraVerde se deveria pronunciar sobre a questão no âmbito da preocupação demonstrada pelo BE como forma de cativar as pessoas para Tavira, realizando e criando os seus postos de trabalho e a constituição de pequenas empresas comerciais ou outras. _____

---Após reunião e análise daquela proposta, a TaviraVerde tinha o entendimento de que não deveria retirar a caução mantendo-a no tarifário. Realmente ficava dececionado com aquela medida porque se tratavam de cauções que estavam a ser caucionadas cujas receitas que dali poderiam resultar se resumiam a juros bancários ou aplicações bancárias que pudessem existir. _____

---Relativamente àquela questão e no seguimento da boa relação que tinha que manter quer com o Município quer com as pessoas que o tinham elegido e confiado nele para que colocasse aquelas questões, iria informá-los daquela decisão. _____

---O Presidente da Assembleia passou à leitura das minutas, tendo as mesmas sido todas aprovadas por unanimidade. _____

---Para terminar a sessão informou que a Câmara Municipal tinha oferecido aos membros o livro que tinham sobre as mesas que era do conterrâneo Sebastião Leiria e que serviria para que os membros se rissem um pouco porque se tratava de uma obra realmente na objetiva humorística, sendo que algo do que estava na obra, o autor contava quando tinha sido seu professor. Todavia, existiam mais dois livros na receção da biblioteca que pedia que recolhessem à saída. Portanto a Câmara Municipal tinha feito o favor de lhes fazer chegar a prenda de Natal, querendo por isso agradecer e desejar que todos tivessem um Bom Natal e uma boa Passagem de Ano preferencialmente na Praça da Republica. _____

---Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia agradeceu e deu por encerrada a sessão pelas vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada. _____

A MESA DA ASSEMBLEIA,

José Otilio Pires Baia

Sílvia Alexandra Sanches Soares

Maria Helena Correia Bartolomeu Silva